



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – UACS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



VALDETÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

**PODER E CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO DAS OLIGARQUIAS NAS
FRENTES DE EMERGÊNCIA CONTRA A SECA NO MUNICÍPIO DE SANTA
HELENA – PB (1961-1990)**

Cajazeiras – PB

2022

VALDETÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

**PODER E CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO DAS OLIGARQUIAS NAS
FRENTES DE EMERGÊNCIA CONTRA A SECA NO MUNICÍPIO DE SANTA
HELENA – PB (1961-1990)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Silvana Vieira de Sousa

Cajazeiras – PB

2022

C331p Carvalho, Valdetário Vieira de.

Poder e controle social: um estudo das oligarquias nas frentes de emergência contra a seca no município de Santa Helena-PB (1961-1990) / Valdetário Vieira de Carvalho. - Cajazeiras, 2022.

97f.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.

Monografia (Licenciatura Plena em História) UFCG/CFP, 2022.

1. Frentes de Emergência. 2. Combate a seca. 3. Oligarquias. 4. História oral. 5. Historiografia. 6. Santa Helena-PB. 7. Sertão paraibano. 8.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

**PODER E CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO DAS OLIGARQUIAS NAS
FRENTES DE EMERGÊNCIA CONTRA A SECA NO MUNICÍPIO DE SANTA
HELENA – PB (1961-1990)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovado em: ___/___/2022

Prof^a Dra. Silvana Vieira de Sousa

Orientadora

Prof^a PhD. Maria Lucinete Fortunato

Prof^a Membro da Banca

Prof^o Ms. Francinaldo de Souza Bandeira

Prof^o Membro da Banca

Prof^o Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

Prof^o Membro da Banca (suplente)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino; e à minha esposa, Márcia Verônica Alves de Carvalho, que me apoiou direto e indiretamente desde a inscrição do Enem até a conclusão final deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Silvânia Vieira de Sousa; aos professores Lucinete, Israel, Isamar, Francinaldo, Rubismar e Osmar;

Aos meus amigos e colegas de turma, Raquel, Douglas, Sabrina, Kalyane, Lucas, Bruno, Fernanda, Natália, Luís Ricardo, Ana Vitória, Nataly e a Walter que me deu apoio de fundamental importância durante o curso no período de aulas remotas, obrigado amigo. Jesus abençoe a todos.

“Não prostitua a sua personalidade em troca da aceitação pelo grupo. É um preço muito alto a ser pago.”

Olavo de Carvalho

RESUMO

O estudo aborda o controle das oligarquias nas Frentes de Emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB, enfatizando o recorte 1961-1990. Trata-se de um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo e exploratório, realizado no Município de Santa Helena-PB, por meio da análise a cerca de uma documentação que se fez importante, a exemplo das narrativas de pessoas que trabalharam nas frentes de emergência, contudo dialogando com teóricos e estudiosos da questão tais com: Burke 1992, Alberti 2004... como metodologia a historia oral. com base na análise dessa documentação constatou-se que o fenômeno da seca foi apropriado pelos chefes políticos locais também de santa helena-PB, aliados das oligarquias como forma de obter benefícios próprios ou de terceiros, manipulando interesses nas Frentes de Emergência e prejudicando muitas famílias pobres que realmente necessitavam desse auxílio. A intervenção governamental, (SUDENE) contribuiu para fortalecer o poder econômico e político das oligarquias locais. Em conclusão, as Frentes de Emergências não deixaram obras em benefício da comunidade em Santa Helena-PB, mas somente benfeitorias em propriedades particulares, evidenciando práticas das oligarquias agrárias comuns em várias partes do Nordeste.

Palavras-chave: frentes de emergência; história oral; oligarquias; Paraíba; Santa Helena-PB

ABSTRACT

The study addresses the control of oligarchies in the Emergency Fronts against drought in the city of Santa Helena - PB, emphasizing the 1961-1990 section. This is a bibliographical study, of a qualitative and exploratory nature, carried out in the municipality of Santa Helena, through document analysis and testimony from people who worked in the Emergency Fronts. It was found that the drought phenomenon was appropriated by local political leaders, allies of the oligarchies, as a way to obtain their own benefits or those of third parties, manipulating interests in the Emergency Fronts and harming many poor families who really needed this help. Government intervention contributed to strengthening the economic and political power of local oligarchies. In conclusion, the Emergency Fronts did not leave works for the benefit of the community in Santa Helena, but only improvements on private properties, evidencing practices of agrarian oligarchies that have become common in various parts of the Northeast

Keywords: emergency fronts; oral history; oligarchies; Paraíba; Saint Helen.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 – COMO AS OLIGARQUIAS SE APRESENTAVAM NUM CENÁRIO GERAL DA HISTORIOGRAFIA E NO CONTEXTO PARAIBANO | 13 |
| 1.1 SURGIMENTO E PERMANÊNCIA DAS OLIGARQUIAS NO CONTEXTO PARAIBANO: VELHAS E NOVAS ABORDAGENS | 14 |
| 1.1.1 Uma República e republicanos no Nordeste e na Paraíba | 15 |
| 1.1.1.1 Notas historiográficas sobre as disputas pelo poder no cenário da política oligárquica no Brasil..... | 19 |
| CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO SOCIAL DAS OLIGARQUIAS NO INTERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA | 23 |
| 2.1 O MUNICÍPIO DE SANTA HELENA NO CENÁRIO PARAIBANO E NORDESTINO..... | 28 |
| 2.1.1 Contexto sociohistórico em Santa Helena e na Paraíba | 29 |
| CAPÍTULO 3 – UM ESTUDO ESPECÍFICO DE COMO SE COMPORTAVAM AS OLIGARQUIAS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA CONTRA A SECA NA CIDADE DE SANTA HELENA – PB (1961-1990) | 32 |
| 3.1 UMA ABORDAGEM DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PB (1961-1990)..... | 37 |
| 3.1.1 Estrutura administrativa e critérios nas Frentes de Emergência em Santa Helena – PB: o registro documental | 39 |
| 3.2 ANÁLISE DOS DISCURSOS E NARRATIVAS DOS POPULARES: PRIORIDADES E IMPACTOS DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA CONTRA A SECA EM SANTA HELENA – PB | 43 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 62 |
| ANEXOS | |

INTRODUÇÃO

O início da Primeira República no Brasil, a partir de 1889, inaugurou um período em que a dinâmica política foi marcada por crises econômicas, problemas sociais e arranjos de poder para o domínio das oligarquias. Trata-se de um período histórico de configuração complexa e que ainda desperta interesse de pesquisadores no sentido de esclarecer influências que ainda permanecem em diversos aspectos sociais e políticos da atualidade. Dentro desse campo analítico, é possível perceber a permanência de determinados grupos políticos que até hoje se alternam no governo de diversas regiões do País (GOMES, 2017).

O objeto de estudo no presente trabalho se encontra delimitado nesse contexto de forças políticas, representadas por grupos privilegiados, que atuavam em benefício próprio ou de terceiros, onde se insurgiram as oligarquias no contexto da História Republicana. Busca-se explicar, em específico, as formas como as oligarquias tomando como referências as famílias que se alternaram no poder por décadas (os Brasileiros e Soares) os ex-prefeitos e latifundiários Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa no município de Santa Helena, Paraíba, no período que se estende de 1961 a 1990.

A escolha do tema foi guiada, principalmente, pelo interesse pessoal de contribuir para desvelar a história local e difundir conhecimentos sobre a minha cidade, ao analisar um contexto histórico refletido no interesse de grupos políticos para privilegiar alguns poucos indivíduos ou grupos, enquanto a maior parte da população permanecia em grande dificuldade.

A realidade política da cidade de Santa Helena – PB ainda evidencia práticas envelhecidas, em que determinados grupos se apoderam da máquina estatal para atender a interesses privados. Dessa forma, o estudo sobre o comportamento das oligarquias nas frentes de emergência em Santa Helena-PB se comunica com desdobramentos políticos que continuam se reproduzindo, justificando-se, assim, a escolha do tema.

Contribuiu para a escolha e delimitação do tema a leitura de alguns estudos, tais como Farias (2018), que estudou a seca e as oligarquias nas frentes de emergência; Castro (2019, 2020) que abordou temática semelhante; Ferreira, Quintão e Araújo (2018), que abordaram as oligarquias na Primeira República; Ferreira (2016), que descreveu a rotina dos trabalhadores entre a fome e a exploração nas obras públicas, em tempos de seca; e algumas obras, como “A oligarquia brasileira: visão histórica”, de Fábio Comparato (2017); “Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: 1889-1945”, de Emília Gurjão; e “Instituições políticas brasileiras”, de Oliveira Viana.

A explanação é desenvolvida no âmbito da chamada república oligárquica, caracterizada principalmente pela dominação das elites agrárias comandadas por grandes fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo, onde se destacou o fenômeno do coronelismo (PERISSINOTTO; MASSIMO; COSTA, 2017), com ênfase nas influências e práticas que caracterizaram o domínio das oligarquias no Nordeste, inclusive em Santa Helena – PB, com Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa (1961-1990) no campo de estudo no presente trabalho.

O Brasil possui uma história política marcadamente complexa e caracterizada pela usurpação do poder político e golpes em diversos momentos, sendo que a participação popular é um fato mais recente e, ainda assim, pautado por limitações. Contudo, por várias vezes surgiram personagens fortes, capazes de difundir ideologias que alcançaram a maior parte da população e setores dominantes da sociedade, criando um cenário propício à instalação de governos autoritários e, portanto, a prática de ilegalidades no exercício do poder (MONTEIRO, 2017).

A difusão de oligarquias a partir de influências políticas herdadas por laços familiares e que acarretou consequências graves no plano econômico e social, constitui um exemplo preciso da associação entre a forma de exercício do poder e os diferentes momentos históricos vivenciados no País. Na chamada República Oligárquica, o atraso no desenvolvimento de políticas públicas penalizou especialmente as camadas mais pobres da população (VARES, 2011), especialmente do Nordeste Brasileiro, região historicamente atingida por secas que castigavam a população e aguçavam a miséria dos mais pobres. O misticismo e o cangaço se fortaleciam em um contexto de seca e ausência governamental, fazendo com que muitas famílias ficassem entregues à própria sorte, sem qualquer meio de sobrevivência. Entre os fatores que contribuíram para o surgimento de bandos armados no interior nordestino, além das secas, foram as disputas políticas entre famílias. Contudo, para além da face natural das secas, como fenômeno climático que se manifesta pela falta de chuvas, o aspecto sócio histórico é ainda mais devastador, uma vez que nesse período e nessa região, um grande volume de recursos financeiros deixava de ser aplicado porque acabava nas mãos das oligarquias econômicas e políticas (MENDONÇA; REBOUÇAS, 2009).

Isso se explica pelo fato de projetos e políticas se voltarem a interesses menores, para atender aos reclamos de grupos econômicos dominantes, de característica empresarial ou oligárquica, que acabam se beneficiando dos modelos economicamente concentradores, mas socialmente excludentes. Quando os projetos e políticas atendem aos interesses privados,

acabam excluindo aqueles que mais necessitam de auxílio governamental (OLIVEIRA; SILVA; PINHEIRO, 2017).

Foi precisamente nos momentos de maior fragilidade do povo nordestino que os chamados “coronéis da política” passam a se aproveitar dos recursos e programas do Governo Federal para fortalecer seus currais eleitorais, uma vez que, na ausência de acesso à terra ou ao crédito para a população pobre, a única alternativa de sobrevivência era se colocarem à disposição para trabalhar no que fosse possível e, assim, garantir o sustento da família, a exemplo das chamadas frentes de emergência, das quais estudaremos o exemplo das existentes no Estado da Paraíba com ênfase no Município de Santa Helena. Nestas frentes, a mão-de-obra era empregada na construção de açudes e barragens, quase sempre em terrenos pertencentes a fazendeiros que, mesmo com o uso de recursos públicos, eram os maiores beneficiados e fortaleceram ainda mais o domínio sobre a população (GRILL, 2013; SILVA, 2017).

Com base em todas essas considerações sobre o tema, o presente trabalho será desenvolvido com entrevistas no intuito de responder ao seguinte questionamento: como se comportava as oligarquias nas frentes de Emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB, sobretudo no recorte entre 1961 e 1990?

O objetivo geral do estudo é analisar o comportamento das oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB, enfatizando o período de 1961-1990.

Busca-se compreender, especialmente, como essa questão tão complexa e ao mesmo tempo tão visível aos olhos de quem analisa a temática, qual seja o campo de destaque das oligarquias, continua viva e atuante no contexto político paraibano e especialmente no município de Santa Helena – PB, escolhido como campo de pesquisa.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo de cunho qualitativo e exploratório, realizado no Município de Santa Helena-PB, com amostra de 10 (dez) entrevistados escolhidos a população local. Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado, contendo questionamentos sobre o funcionamento das frentes de emergência no período entre 1961 e 1990. Além dos depoimentos dos entrevistados, também foi realizada uma pesquisa documental na sede da Prefeitura Municipal do Município de Santa Helena - PB. Os dados foram analisados com base em abordagem qualitativa e discussões desenvolvidas a partir de um posicionamento crítico quanto aos achados e com base nas principais opiniões de diversos autores da literatura relacionada ao tema.

O estudo tem a pretensão de contribuir para o enriquecimento do conhecimento acadêmico e científico da história local, em especial, estudos sobre a sociedade e cultura política e de Santa Helena - PB em tempos de domínio e disputas de poder oligárquico no contexto histórico do Brasil e especialmente do campo da pesquisa investigado no presente estudo.

Nesse sentido, esse trabalho consta de três capítulos assim distribuídos tematicamente: no primeiro capítulo, intitulado “Como as oligarquias se apresentavam num cenário geral da historiografia e no contexto paraibano”, são resgatados os principais aspectos do surgimento e permanência das oligarquias no Estado da Paraíba, marcado pelas disputas de poder e pelas características regionais que favoreceram o cenário ideal ao desenvolvimento das oligarquias.

No segundo capítulo, intitulado “Características e formação social das oligarquias no interior do Estado da Paraíba”, abordaremos o contexto sociohistórico em Santa Helena e na Paraíba, destacando as frentes de emergência contra a seca e as oligarquias, Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa, especialmente no tocante às consequências do poder sempre atuante.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Um estudo específico de como se comportavam as oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961-1990)”, buscamos caracterizar a estrutura administrativa e os critérios adotados nas frentes de emergência em Santa Helena - PB, com base no registro documental e na análise dos discursos e representações populares sobre as prioridades levadas em consideração nas frentes de emergência e, especialmente, os impactos que a ação das oligarquias ocasionou sobre a população.

Espero que este trabalho possa trazer respostas a indagações de muitos discentes que contemporaneamente venham fazer um trabalho nesta linha, e que este possa aprofundar mais e mais, ou seja, possa fazer um trabalho mais específico a nível estadual ou regional para sanar inúmeras lacunas na história oligárquica em nosso meio.

CAPÍTULO 1

COMO AS OLIGARQUIAS SE APRESENTAVAM NUM CENÁRIO GERAL DA HISTORIOGRAFIA E NO CONTEXTO PARAIBANO

Neste capítulo, a temática da política oligárquica é abordada em uma perspectiva introdutória, com ênfase nos fatores que proporcionaram o seu surgimento das oligarquias e desenvolvimento, especialmente no que se refere a região Nordeste e Estado da Paraíba. Busca-se contextualizar as características sociais e históricas que contribuíram para a continuidade do domínio oligárquico. Ainda neste capítulo, é feita uma breve caracterização sobre o cenário de disputas e manifestações de poder ao longo do domínio oligárquico no contexto paraibano.

Inicialmente, busca-se trazer algumas considerações sobre a escrita da história e a Nova História na perspectiva de Peter Burke (1992), no intuito de delinear brevemente as discussões a serem desenvolvidas situando-as no campo da história social e da nova história política.

Em seguida, são discutidos os principais aspectos que proporcionaram a consolidação das oligarquias, o domínio dos coronéis e o equilíbrio de interesses entre as oligarquias estaduais e o poder local. Para tanto, nossa fundamentação teórica se baseia em autores como Eliete de Queiroz Gurjão, nas obras em que analisa o surgimento e decadência das oligarquias paraibanas, *Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: 1985-1945* (1994) e *Estudando a História da Paraíba* (2001); e Marisa Tayra Teruya, na obra *Em família: arranjos, negociações e poder local na Paraíba* (2012), que reflete sobre os arranjos e negociações familiares para a manutenção do poder local.

As discussões sobre o contexto social que favoreceu o desenvolvimento das oligarquias foram desenvolvidas tomando por embasamento, ainda, as contribuições de Oliveira Viana (1987), que destaca as semelhanças entre a família patriarcal brasileira e a família senhorial; e Gilberto Freyre (2004), que na aclamada obra *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal* faz importantes considerações sobre a formação das oligarquias, e gerando o que foi apontado pela literatura como ideal e considerações da sociedade patriarcal geradora do conceito de patriarcalismo.

Diversos artigos e outros estudos, como “Cidades e oligarquias: o caso de Vitória/ES na Primeira República” (FERREIRA; QUINTÃO, ARAÚJO, 2016); “Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas” (FERREIRA;

PINTO, 2017); “Cabresto, curral e peia: a história do voto na Parahyba até 1930” (CARNEIRO, 2009), desenvolvidos na mesma perspectiva de desvendar a ação das oligarquias, também são mencionados e contribuem para situar a História e Historiografia das oligarquias brasileiras desde o contexto mais amplo até o cenário paraibano, especialmente quanto à capacidade de persistência diante das desigualdades regionais.

1.1 Surgimento e permanência das oligarquias no contexto paraibano: velhas e novas abordagens.

A expressão “nova história” se refere a uma corrente historiográfica que surgiu na década de 1970, associada à chamada Escola dos Annales, expressão do movimento de renovação historiográfica que se opunha à escrita da história vigente. A origem da nova história é francesa, tendo em Pierre Nora e Jacques Le Goff seus principais representantes. Consiste em uma escrita que surge como uma reação ao paradigma tradicional, que reflete o senso comum da história, que tem sido considerado como a forma de fazer história, mas não como uma entre várias possíveis abordagens do passado (BURKE, 1992).

A nova história se diferencia da história antiga em alguns aspectos bem específicos. Inicialmente, ainda de acordo com Burke (1992), no paradigma tradicional a história é essencialmente política, com ênfase nos grandes homens de outros tempos. A nova história, por outro lado, passou a se interessar pela atividade humana como um todo, ampliando o olhar do historiador e abrindo novas possibilidades de análise. Outro ponto de distinção se refere à preocupação com a análise de estruturas, enquanto os historiadores tradicionais costumavam pensar a história como uma mera narrativa de acontecimentos.

Há que se destacar, ainda, o embasamento tradicional nos documentos, que limita as fontes narrativas, enquanto a nova história expõe as limitações das fontes documentais, suplementando à escrita através de outras fontes, de forma a tornar o relato mais abrangente.

Cabe mencionar, também, a “visão de cima” priorizada pelos historiadores tradicionais, que destacam os grandes feitos de estadistas, generais e outros ícones do passado, enquanto o resto das pessoas ficam em posição secundária. O paradigma tradicional enxerga a história de uma perspectiva objetiva, contando os fatos aos leitores como eles realmente aconteceram.

Entende-se que esse movimento de mudança ocorreu a partir da percepção de que o paradigma tradicional era inadequado. Entretanto, Burke (1992) também reconhece limitações da nova história, esclarecendo que toda produção defende um determinado ponto de vista e

deixa lacunas. Diferentes historiadores podem escrever sobre determinado fato, todos chegando a diferentes conclusões. A reinterpretação da história e a mudança dos critérios para selecionar fatos históricos são dois fatores interligados, que refletem a característica da história de estar sempre em reconstrução, trazendo novos aspectos. Além disso, as fontes também podem na construção da escrita.

Feitas essas breves considerações a respeito da nova história, procede-se, então, nessa perspectiva teórica e metodológica da chamada Nova História, à abordagem a cerca da política oligárquica no contexto paraibano e do Estado Nacional Republicano.

1.1.1 Uma República e republicanos no Nordeste e na Paraíba

O Brasil se tornou República a partir de 1889, após quase 70 anos de Monarquia, caracterizando uma mudança de regime ligada a diversos fatores complexos, tais como as crises do império, o crescimento da propaganda republicana e o desgaste entre o império e os militares. Dessa forma, na medida em que os militares foram se posicionando contra a monarquia, a bandeira da república passava a se impor com mais popularidade.

Alguns estudiosos chegam a afirmar que o modelo político imperial alcançou sucesso em alguns aspectos, entre os quais, o objetivo de consolidar o domínio sobre o território através da centralização política e administrativa. Entretanto, a baixa participação popular no cenário político, a manutenção da escravidão e os privilégios voltados a um público muito restrito foram contradições que contribuíram para o crescimento da resistência de alguns segmentos, dentre os quais, os republicanos, que se organizaram no sentido de colocar um fim no modelo monárquico e centralizador, contando com a liderança de oligarquias rurais então insatisfeitas com a realidade do País (CINTRA, 2017).

Portanto, foi no final da década de 1880 que a crise da monarquia brasileira se acentuou, uma vez que representava claramente uma forma de governo incompatível com as mudanças da sociedade. Era preciso estabelecer uma nova forma de governo que pudesse levar o país ao progresso nas questões sociais, políticas e econômicas, tarefa que o governo imperial não era mais capaz de concretizar com sucesso. Assim, o marechal Deodoro da Fonseca liderou um golpe militar que proclamou a República no País, de forma autoritária, no dia 15 de novembro de 1889 (OLIVEIRA; SILVA; PINHEIRO, 2017).

Anteriormente, as oligarquias encontravam um importante obstáculo ao seu domínio, que era o Poder Moderador do Imperador, através do qual era feita a escolha de presidentes provinciais. Tal empecilho foi vencido a partir do federalismo republicano e, assim, as

oligarquias progrediram rumo ao seu ápice, que seria alcançado na Primeira República, predominando até o final da década de 1920 (FERREIRA; QUINTÃO; ARAÚJO, 2018).

Segundo Bobbio (2007), o termo “oligarquia” pode ser definido, no plano etimológico, como governo de poucos ou, ainda, governo de ricos, uma vez que o poder político se encontra limitado aos detentores da riqueza. Ainda de acordo com o mesmo autor, na oligarquia o poder supremo encontra-se sob o domínio de um grupo restrito de pessoas, que estão ligadas entre si por laços sanguíneos ou de interesse, gozando de privilégios particulares.

O termo também adquire uma conotação negativa sob diferentes perspectivas, seja enquanto agrupamento de fenômenos presentes em sistemas democráticos em que uma minoria de governantes permanece no poder, ou enquanto organização sociopolítica que se contrapõe ao termo democracia. Nesse sentido, é interessante destacar que, no Brasil, vigoraram espécies de acordos entre as províncias de Minas Gerais e São Paulo no período da República Velha, com a participação do governo federal, no sentido de garantir o controle da sucessão presidencial, excluindo todos os demais Estados e sem qualquer forma de participação da população (QUINTÃO, 2016).

Com relação ao sistema político, é possível notar que a República não proporcionou as condições necessárias para uma efetiva competição eleitoral, praticamente inviabilizando o acesso de candidatos de oposição aos pleitos. Nessas condições, os governos situacionistas utilizavam a máquina estatal para atender aos seus próprios interesses. Os acordos entre o Presidente da República e os governadores de Estados praticamente bloqueavam de maneira sistemática as chances de candidatos opositores. Além disso, as fraudes na apuração dos votos e a coação de eleitores, até mesmo o uso da violência na repressão a grupos políticos, agiam em conjunto para assegurar o funcionamento do sistema (GRILL, 2013; FERREIRA; PINTO, 2017).

Como é possível constatar, esse cenário foi determinante para o esvaziamento do conteúdo democrático na República, conseqüentemente obrigando o Estado à oligarquização do sistema, como forma de suprimir a participação popular e a competição democrática, mantendo a estabilidade do regime para atender aos interesses dos grupos dominantes. O Estado e a Sociedade passaram a se relacionar principalmente a partir do clientelismo, uma relação na qual prevalece a troca de favores para beneficiar indivíduos e grupos específicos, caracterizando um sistema fortemente ligado aos laços de amizade e parentesco (VARES, 2011; MONTEIRO, 2016).

Interessante notar que tal cenário se tornou possível porque a própria configuração social da época oferecia condições suficientes para tanto. Segundo destaca Viana (1987), a família patriarcal no Brasil muito se assemelhava à família senhorial, uma vez que o grupo que vivia na casa-grande ou fazenda, ou em relação de dependência da mesma, estava ligado ao patriarca. O clã parental se estendia por muitas famílias aparentadas, muitas vezes alcançando municípios inteiros. Por outro lado, essa parentela numerosa “assegurava direito a concessões mais generosas”, ou seja, faziam jus a favores mais vantajosos em relação a outras famílias (VIANA, 1987, p. 191).

Gilberto Freyre também faz importantes considerações a respeito da formação de oligarquias, da sociedade colonial e, nesta, do poder e aglomerado familiar do senhor patriarcal, justificando tal fenômeno a partir do conceito de patriarcalismo, em que a família atuou como unidade colonizadora, contribuindo diretamente para a formação patriarcal do País e proporcionando aos senhores de engenho o total domínio local e regional, alcançando praticamente um município inteiro e também as regiões circunvizinhas (FREYRE, 2004).

Cabe ressaltar, ainda de acordo com o mesmo autor, que o clã parental foi se tornando ainda mais abrangente com o passar do tempo, alcançando as relações religiosas (compadres e afilhados). Dessa forma, o sistema patriarcal assegurava a eleição de autoridades locais, como os vereadores, juízes municipais, oficiais da guarda, entre outros. Um fazendeiro influente do município recebia o título de coronel, a mais alta distinção oferecida na época. Naturalmente, um coronel estendia sua influência por uma área vasta, abrangendo muitas famílias (FREYRE, 2004).

Assim, a Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, pode ser apontada como marco fundamental para que diversas acomodações passassem a se processar nos Estados brasileiros, no intuito de fixar o comando do poder político em cada localidade, a cargo de um grupo específico. É possível afirmar que a instabilidade política da primeira década republicana foi estimulada pela própria Constituição de 1891, que concedeu autonomia aos Estados, retirando do poder central a prerrogativa de estabelecer a organização nacional (FERREIRA; PINTO, 2017).

Além disso, a referida Constituição da República também atuou restringindo o direito de voto, que não era obrigatório, aos homens adultos e alfabetizados, determinando a ausência de um corpo eleitoral mais abrangente e proporcionando mais uma condição propícia ao domínio oligárquico. Dessa forma, uma divisão natural do poder, sem formalidades jurídicas, passou a constituir o cerne da dominação política nos Estados e municípios, num contexto

propício ao surgimento de novas influências no cenário social e político que ganhou destaque especialmente na região Nordeste (FERREIRA; QUINTÃO; ARAÚJO, 2018).

Com relação ao contexto paraibano, com o advento da República, as províncias passam a ser estados e, no processo de regionalização, a Paraíba passa ao domínio da chamada Política dos Governadores, estabelecida pelo Presidente Campos Sales. Havia, então, o compromisso das oligarquias locais com o governador, por meio de uma troca de favores, uma vez que cada região tinha um chefe e o seu respectivo curral eleitoral, um reduto particular que era determinante para a manutenção do poder. No interior do Estado, a relação entre os chamados “coronéis” constituía a base para o crescimento e afirmação das oligarquias. Sob essa ótica, a República acabou favorecendo alguns grupos privilegiados, pois esses coronéis que já influenciavam na política desde os tempos coloniais, tiveram seu domínio ampliado e, após a quebra do poder moderador, passaram a atuar diretamente na escolha dos representantes (CARNEIRO, 2011).

O poder de mando do coronel era a própria representação da política, uma vez que influenciava até mesmo nos aspectos mais particulares das famílias, numa relação de submissão quase absoluta. O Estado da Paraíba possuía uma economia e política ainda frágeis e as disputas constantes entre as oligarquias locais acabou por dividir o poder. O Estado Nacional, então, entrou em ação para promover uma conciliação e obter a neutralidade inter-oligárquica.

Na chamada Velha República, a luta entre as famílias na Paraíba foi constante (CARNEIRO, 2009). Nesse sentido, Gurjão relatam em sua obra que:

Na Paraíba, durante a Primeira República, as lutas entre famílias foram constantes e marcadas pela corrupção e violência. Em seus municípios, situacionistas e oposicionistas, agrediam-se frequentemente. Era comum coronéis mandarem seus “cabras” emboscar e agredir adversários, quando não se articulavam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do “serviço” (GURJÃO, 2001, p. 86-87).

Atualmente, grande parte de grupos políticos dominantes em municípios nordestinos ainda se utilizam do confronto entre classes e ideias contrapostas, principalmente em pequenas localidades, como mecanismo aliado da campanha eleitoral. Dessa forma, na época das eleições, procura-se destacar aos eleitores que um determinado candidato irá atender aos seus anseios, estabelecendo uma troca de favores por intermédio da distribuição de alimentos aos mais pobres, promessa de emprego através de contratos com a administração pública,

dinheiro, reformas nas residências, entre outros variados artifícios (OLIVEIRA; SILVA; PINHEIRO, 2017).

Ao longo do tempo, o domínio oligárquico tem se mantido de forma persistente, apoiado na estrutura de classes que permite aos grupos dominantes, explorar e subjugar os demais. Significa que, por exemplo, no aspecto econômico, a oligarquia busca limitar o desenvolvimento do mercado interno, pois se beneficia da pauperização das classes populares que mantém trabalhadores rurais presos à terra (QUINTÃO, 2016). O controle político e social tem se mostrado eficaz para excluir supostos inimigos dos grupos dominantes e, frente às grandes desigualdades regionais ainda existentes, favorecem a persistência do domínio oligárquico. Ao mesmo tempo em que se alimentam dessa construção histórica desigual, as oligarquias também contribuem para manter as mesmas condições que beneficiam a sobrevivência do sistema.

1.1.1.1 Notas historiográficas sobre as disputas pelo poder no cenário da política oligárquica no Brasil.

Aqui faremos considerações gerais a luz de alguns estudos acerca do surgimento das oligarquias, buscando contextualizar o cenário de disputas na política oligárquica, trazendo as contribuições de autores como Fábio Comparato (2017), na obra *A oligarquia brasileira: visão histórica*; e Marisa Tayra Teruya, na obra *Em família: arranjos, negociações e poder local na Paraíba* (2012).

Para abordar as disputas de poder no âmbito da política oligárquica, inicialmente cabe destacar que as transformações socioeconômicas que caracterizaram a Primeira República desencadearam um cenário governamental contraditório, pois, ao passo que a economia e a sociedade passavam por mudanças, o governo oligárquico respondia com violência às demandas da sociedade. A ampla margem de autonomia reservada aos Estados, com o advento da Constituição de 1891, seria um fator fundamental para o fortalecimento do coronelismo, uma vez que os chamados coronéis exerciam forte influência local e contribuíam para a eleição dos governadores, numa clássica troca de favores que beneficiava um grupo restrito (NEGRO; BRITO, 2013).

Ao mesmo tempo, a crise agrária enfraquecia politicamente os coronéis que, para manter a influência local, buscaram aliança com o Estado, garantindo o voto e recebendo, em troca, uma autonomia extralegal. Estabelecido esse compromisso fundamental e determinante para o coronelismo, fortalecido no âmbito de uma conjuntura social que perdurou por muito

tempo e ainda exerce influências no processo eleitoral, ainda que de forma discreta e adaptada aos tempos modernos, diversas características secundárias passaram a se manifestar, tais como o falseamento do voto, o mandonismo, clientelismo, nepotismo, total falta de lisura na aplicação de recursos públicos que ainda se observa até hoje, entre outros (FERREIRA; PINTO, 2017).

As grandes desigualdades regionais, como consequência da tradição oligárquica e, ao mesmo tempo, fator importante para a manutenção do sistema, explicam os privilégios que as oligarquias proporcionavam para algumas regiões, que cresceram e passaram por processo de industrialização. As oligarquias também contribuíram para aprofundar a dependência estrutural, já que a manutenção do poder dependia da retroalimentação de um sistema que garantia privilégios a alguns poucos escolhidos (PERISSINOTTO; MASSIMO; COSTA, 2017).

Nesse contexto:

[...] tivemos desde sempre as corporações militares e, até praticamente o último quartel do século XX, a Igreja Católica. Seus integrantes sempre gozaram de uma posição privilegiada, em relação aos demais cidadãos; mas um privilégio de fato e não de direito. O grande ausente desse regime oligárquico é e sempre foi o povo. Debalde o procuramos nos principais fatos de nossa História. Ele permanece sempre privado de palavra (COMPARATO, 2017, p. 19).

Ainda de acordo com o mesmo autor, as mudanças no regime político no Brasil, especialmente na vigência das oligarquias, sempre ocorreram por influência “não do povo, mas de uma dissidência entre os grupos componentes da oligarquia; dissidência essa que é sempre superada pela conciliação entre as forças opostas” (COMPARATO, 2017, p. 19).

Neste período de domínio oligárquico, o poder estadual se aliava aos chefes regionais para suprir a dificuldade de acesso às massas rurais que estavam dispersas pelo interior. Os coronéis intermediavam a relação entre eleitores e governo, garantindo a vitória dos candidatos que eram favoráveis aos interesses situacionais, em troca recebendo apoio financeiro, político e até mesmo militar, nas ocasiões em que a supremacia local era ameaçada por grupos rivais.

Importante destacar que, nessa época, que compreendeu as primeiras décadas do século XX, a maior parte da população do País se encontrava no campo, quase sempre ligada à tradição agrária e submissa às práticas coronelistas, que encontraram terreno fértil em meio à baixa instrução do povo e das ações violentas dos coronéis contra qualquer dissidente.

Manter a população rural presa à terra e dependente dos favores dos coronéis era imprescindível aos interesses dos grupos dominantes (PERISSINOTTO; MASSIMO; COSTA, 2017).

Na vigência das oligarquias tradicionais, os redutos eleitorais dos coronéis, também denominados “currais”, eram palco de disputas de poder para conquistar a confiança de grupos estaduais, de forma que uma oligarquia estava intimamente ligada a um coronel do município e a vitória de um assegurava o benefício do outro. As oligarquias estaduais controlavam os respectivos currais eleitorais e apresentavam os resultados à presidência, que apoiava aquelas mais coerentes e compromissadas com o governo, nos casos em que havia mais de uma oligarquia no local.

Nesse sentido, incumbe destacar que

[...] o poder soberano no Brasil sempre foi oligárquico, sendo essa oligarquia formada pela união dos potentados econômicos privados com os principais agentes do Estado. Em nenhum momento da nossa História ocorreu alguma mudança de relevo, nessa organização fundamental de poderes. Em torno da coligação oligárquica, posicionaram-se várias instituições ou grupos sociais no correr dos séculos (COMPARATO, 2017, p. 233).

As disputas de poder eram extremamente acirradas e o domínio era mantido de forma autoritária. Para reduzir as disputas regionais de poder, os governadores apoiavam as oligarquias mais poderosas, oferecendo cargos, favores e recursos. Em troca, exigiam apoio nas eleições (RÊGO, 2008). No nível federal, para garantir que o sistema funcionasse, foi criada uma comissão, chamada Comissão Verificadora de Poderes, com a função de diplomar candidatos eleitos. Assim, essa comissão representava uma verdadeira barreira para evitar que deputados e senadores opositores das oligarquias regionais fossem diplomados, mesmo vencendo as eleições. A diplomação e posse eram impedidas por meio de falsas acusações de fraude eleitoral. Apenas os candidatos apoiadores da política dominante eram eleitos e tomavam posse, garantindo a estabilidade do regime.

Ao longo de várias décadas, com as mudanças na dinâmica social que mantinha grande parte das famílias ligadas à terra, principalmente nos estados nordestinos, garantindo o domínio dos coronéis, as formas de atuação dos grupos oligárquicos para alcançar resultados favoráveis nas eleições também passaram por adaptações, mas as práticas econômicas e políticas continuaram fortalecidas, com o predomínio de determinados grupos ligados às oligarquias tradicionais, cenário este no qual se insere a História das Frentes de Emergência,

temática geral de nosso trabalho em que abordaremos a partir do exemplo e estudo das oligarquias na cidade de Santa Helena.

A partir dessa breve contextualização sobre as oligarquias e as disputas de poder, especialmente levando em consideração o contexto histórico da Região Nordeste, especialmente o Estado da Paraíba, o capítulo seguinte traz uma abordagem mais detalhada sobre como os grupos oligárquicos se desenvolveram e permaneceram controlando os rumos políticos e econômicos inclusive nos municípios de pequeno porte, a exemplo de Santa Helena – PB.

CAPÍTULO 2

CARACTERÍSTICAS E FORMAÇÃO SOCIAL DAS OLIGARQUIAS NO INTERIOR DO ESTADO DA PARAÍBA

Algumas características regionais favoreceram o domínio das oligarquias no Nordeste e, conseqüentemente, também no Estado da Paraíba. Nesse sentido, é importante caracterizar, de maneira mais específica, as condições locais que proporcionaram o domínio oligárquico no Estado da Paraíba para além das disputas de poder. Dessa forma, busca-se mostrar como o Semiárido representa desafios ao homem nordestino e ganha notoriedade no plano governamental em diversos momentos, principalmente no contexto das secas.

As características regionais da região Nordeste, onde se localiza o Estado da Paraíba, foram historicamente marcadas pela seca e seus desdobramentos socioeconômicos. Muitos são os relatos de secas avassaladoras por todo o Nordeste, com efeitos que perduram no tempo e se renovam a cada nova seca, apesar de todas as ações já realizadas para o combate ao fenômeno.

O semiárido brasileiro é uma região de condições climáticas características da semiaridez, especialmente a baixa precipitação pluviométrica. Conseqüentemente, a hidrografia é frágil e não sustenta rios caudalosos durante os longos períodos sem chuvas, sendo que o rio São Francisco representa a exceção. O ecossistema predominante é a caatinga. Existem 1.262 municípios na região do semiárido brasileiro, pertencentes aos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia, Sergipe e Minas Gerais. Os critérios de delimitação da região semiárida foram aprovados por duas Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, de nº 107/2017 e 115/2017. Esses critérios são os seguintes: índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 mm; precipitação pluviométrica média igual ou inferior a 800 mm por ano; percentual diário do déficit hídrico superior ou igual a 60%, levando em consideração todos os dias do ano.



Figura 1 – Delimitação do semiárido

Fonte: <http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>

A seca, como fenômeno climático, pode se manifestar com diferentes intensidades e foi retratada largamente na literatura. As variações ocorrem em um mesmo ano ou em anos diferentes. Coelho (1985) explica que

[...] alguns meses podem ser completamente secos ou haver alguma queda pluviométrica, sem, entretanto, atingir a média norma. Daí ocorrer o que já se vulgarizou como “a seca verde”, ou seja, aquela em que as chuvas são suficientes apenas para enfolhar a caatinga e acumular um pouco de água

nos barreiros e açudes. Para a lavoura, principalmente aquela do ciclo mais longo, como é o caso do milho e do algodão, a quantidade de água não chega a suprir a necessidade dessas lavouras, o que acarreta em perda total ou em parte da produção (COELHO, 1985, p. 16).

Desde muito tempo as secas no Nordeste motivam debates políticos permeados por promessas que nunca se concretizam. No Estado da Paraíba, esse cenário sempre esteve influenciado pelo poder político das famílias tradicionalmente ligadas aos grupos dominantes, com representação estadual e relação direta com as oligarquias a nível federal.

A associação entre a imagem do sertão, a seca e a miséria, foi elaborada a partir de políticas governamentais para o combate aos efeitos da seca, mas que, em seu curso histórico, foram direcionadas para uma verdadeira indústria com finalidades bastante divergentes do objetivo primário de levar o socorro à população sertaneja em situação de abandono – a indústria da seca, questão abordada de forma importante pelos autores Maria de Lúcia Guerra e, de forma marcante e conceitual, por Durval Muniz em seu estudo intitulado “A Invenção do Nordeste e outras artes” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009), onde o autor analisa a forma como o Nordeste brasileiro foi retratado em várias obras de diferentes autores.

Já Eliete Gurjão, em sua abordagem sobre as disputas oligárquicas, afirma que prevalecia aquele que tinha maior representação sobre o governo do Estado, maior influência junto ao governador. Na Paraíba, o Partido Autonomista da Paraíba foi fundado em 1892 por Venâncio Neiva e Eptácio Pessoa, em oposição ao Partido Republicano Paraibano, fundado por Álvaro Machado e Valfredo Leal, sendo que Álvaro Machado foi nomeado por Floriano Peixoto para presidir o Estado da Paraíba e conseguiu permanecer no poder ao longo de 20 anos. Com a morte do líder republicano em 1912, teve início a transição do Alvarismo para o Eptacismo, que se estendeu até 1915. Logo após a morte de Álvaro Machado, Valfredo Leal e Eptácio Pessoa assumiram o poder, período que coincide com a ascensão da maior organização oligárquica no Estado da Paraíba (GURJÃO, 1994).

Ainda de acordo com a mesma autora, o acordo firmado entre Valfredo e Eptácio foi rompido antes das eleições de 1915 e, uma vez que Eptácio percebeu o crescimento do seu correligionário, preferiu afastá-lo como medida estratégica, fragmentando o Partido Republicano Conservador na Paraíba. De modo geral, a oligarquia alcançou grande poder através do pleito eleitoral e o domínio Eptacista permaneceu até meados da década de 1930. Para garantir os resultados favoráveis das eleições municipais, diversas instâncias eram mobilizadas e o dinheiro gasto nas campanhas, proveniente dos cofres públicos, gerava uma verdadeira disputa entre os candidatos (GURJÃO, 1994).

Assim, com base nesses autores podemos dizer que no Estado da Paraíba, o coronelismo da Primeira República sobrevive na forma de oligarquias familiares em que a política é transformada em profissão. Assim, representantes dessas famílias permanecem no exercício do poder e se alternam indefinidamente, influenciando de maneira profunda nas decisões de cunho político, social e econômico, com forte inclinação para atender aos interesses de grupos privados em detrimento às reais necessidades da população (TERUYA, 2012).

Importante assinalar que a região Nordeste, pela característica do semiárido, especialmente a partir da década de 1960 e 1970, sofreu influência direta dos limites traçados pela ditadura militar para todo o Brasil, com investimentos direcionados principalmente para setores associados ao capital transnacional, com ênfase em grandes empresas (MOREIRA NETO, 2013).

Nesse contexto, a ilegitimidade do poder político no interior paraibano foi prática corriqueira, haja vista a influência incontestada dos coronéis sobre municípios inteiros e, inclusive, abrangendo muitos aspectos da vida social. A coação, o voto de cabresto, a imposição da força sobre indivíduos e grupos sociais para alcançar o fim de eleger determinados candidatos, representou verdadeira contradição com o princípio democrático que identificava o povo como titular do poder. A participação da população não era livre ou consensual (NUNES, 2012; MIGUEL, 2014).

As oligarquias se adaptaram às mudanças oriundas do processo de modernização e até hoje se manifestam nos interiores, principalmente em pequenas cidades, onde muitas vezes controlam veículos de comunicação e influenciam significativamente no processo eleitoral, tanto que a alternância dos representantes de famílias influentes no governo de pequenos municípios ainda é uma prática relativamente frequente (FAORO, 1995).

Na Paraíba, assim como em outros Estados brasileiros no período da República Oligárquica, a simples assinatura ou somente o desenho do nome do eleitor eram suficientes para validar o voto, sendo que muitas vezes o eleitor era acompanhado por um capanga do coronel que fiscalizava diretamente o voto, que não era secreto. Esses elementos configuravam o cenário de violência que levava o eleitorado a votar nos candidatos apoiados pelos coronéis locais, o chamado “voto de cabresto”, prática comum em diversas regiões do país, principalmente nos interiores (CAVALCANTE NETO; GUEDES; SANTOS NETO, 2012).

O povo, sempre sofrido em razão da seca e das dificuldades oriundas do fenômeno, da pobreza, problemas regionais, abandono por parte dos governantes, facilmente cedia às promessas eleitoreiras, sob as imposições dos grupos dominantes.

Nota-se que a velha política tem se estendido no Nordeste principalmente pela falta de fiscalização, acompanhamento mais rigoroso do processo eleitoral e punição daqueles que cometem crimes no decorrer do processo eleitoral, favorecendo as práticas fraudulentas, a compra de votos e a manipulação midiática a favor da permanência dos mesmos grupos políticos que há décadas ocupam cargos eletivos. As eleições deixam de ser um processo democrático, na medida em que os resultados dos pleitos muitas vezes são negociados e acarretam em altos custos para os eleitos, mas o grande volume de recursos financeiros utilizados para a compra de votos, por exemplo, é diluído entre muitos patrocinadores da campanha que têm interesse direto na vitória do candidato que apoiam (FERREIRA; PINTO, 2017).

Entende-se que a herança política das oligarquias, onde o poder de poucos os fins justifica os meios em detrimento de muitos, constitui fato histórico no Brasil e foi comum durante muito tempo, persistindo até hoje de maneira mais discreta. Reflexos da República da Oligarquia ainda se manifestam como forma de garantir privilégios e assegurar o exercício do poder por grupos aliados, que se alternam nos cargos eletivos e concentram a influência política ao longo de décadas. Ao mesmo tempo, se observa uma forte inclinação ao comprometimento de diversos setores sociais, políticos e econômicos, especialmente na região Nordeste (FERREIRA; PINTO, 2017).

O domínio de grupos familiares ainda é perceptível, especialmente em municípios do interior de estados nordestinos, visto que as oligarquias sobrevivem na herança política legada pelo sistema político, econômico, social e ideológico. A concentração de renda e poder, a instabilidade política, jogo de interesses e influência nefasta que os poderosos exercem sobre a população menos favorecida, através do absoluto controle político das massas, mediante a concentração de riquezas e aparelhamento estatal, mostram que, apesar de alguns avanços sociais e garantias legais, as práticas oligárquicas ainda constituem uma realidade (ALVES, 2012; MONTEIRO, 2016).

A influência das oligarquias no contexto político atual da Paraíba, atualmente, permanece de maneira mais discreta, disfarçada de democracia, mas com características semelhantes àquelas que se observavam na primeira República. Os vícios se perpetuaram ao longo do tempo na política local dos interiores do Estado da Paraíba e, mesmo após grandes

convenções sociais e avanços, algumas práticas típicas das oligarquias ainda permanecem ativas (OILVEIRA; SILVA, PINHEIRO, 2017).

Com os municípios alinhados aos Estados e estes ao governo federal, as oligarquias se mantiveram firmes e a herança desse sistema ainda se impõe em municípios paraibanos do interior. As condições climáticas do interior paraibano, historicamente castigado pelas secas periódicas, assim como em outros Estados do Nordeste, apesar das dificuldades que acarretam ao homem que sobrevive das atividades agrícolas e agropecuárias, não podem ser aceitas como causa principal de todos os problemas enfrentados pelos sertanejos. A ingerência política e o privilégio de poucos grupos dominantes, estes sim, podem explicar a exploração e as muitas dificuldades enfrentadas pelo povo ao longo de muitas décadas do domínio oligárquico.

2.1 O município de Santa Helena no cenário paraibano e nordestino

É precisamente no interior do Estado da Paraíba, Município de Santa Helena, que se situa o campo de estudo de interesse no presente estudo, destacado no recorte histórico temporal entre 1961 e 1990. Nosso intuito é o de compreender o grau de influência das oligarquias no controle das frentes de emergência, o processo de escolha das propriedades onde eram realizadas as obras, os critérios de localização das propriedades e os órgãos de fiscalização, as características das lideranças políticas no Município, entre outros aspectos.

Nesse sentido, o presente estudo parte do pressuposto de que conhecer os fatores herdados e continuados da República Oligárquica é relevante para explicar as circunstâncias que até hoje influenciam a política municipal, mas, principalmente o recorte histórico em análise no Município de Santa Helena-PB, como forma de manter a temática em evidência e chamar a atenção para uma realidade histórica que ainda permanece.

Para tanto, neste capítulo, inicialmente será feita uma breve contextualização histórica do município de Santa Helena e, posteriormente, sobre o fenômeno da seca na região e as Frentes de Emergência contra os efeitos da seca como formas de intervenção governamental, (SUDENE) programas destinados a melhorar as condições de vida da população, mas cujos recursos muitas vezes ficaram restritos ao poder dos grupos dominantes, representantes das oligarquias locais, caracterizando um cenário que se reproduziu por todo o Nordeste.

2.1.1 Contexto sociohistórico em Santa Helena e na Paraíba

A Paraíba ocupa 0,7% do território nacional e é o 20º Estado em extensão territorial. Representa 3,6% do Nordeste e a 6ª colocação na extensão territorial da região. O Estado tem 90% de sua área em região semiárida, compondo o chamado Polígono das Secas. As condições ambientais e geográficas na Paraíba favorecem determinadas culturas, mas também limitam outras que se tornam viáveis apenas com intervenção tecnológica.

A história da Paraíba é semelhante a outros Estados nordestinos em geral, com evolução social e econômica estruturada do litoral ao interior, contando com 223 municípios, entre os quais, Santa Helena, campo de estudo no presente trabalho. A Paraíba possui quatro mesorregiões, que se dividem em 23 microrregiões geográficas. O processo histórico no Estado passou pela consolidação de núcleos urbanos principais, na Zona da Mata e no litoral, abrangendo João Pessoa, que é a capital do Estado; Santa Rita, Bayeux e Cabedelo; no Agreste, Campina Grande; e no Sertão, Cajazeiras, Sousa e Patos. Por essa configuração, passam os fluxos de bens e serviços, distribuição e dinâmica produtiva, infraestrutura urbana e transportes (MENDES et al., 2012).

O Município de Santa Helena está localizado na Região Imediata de Cajazeiras, a 13 quilômetros da cidade, com área territorial que se estende por 210 km². Os limites do município são: Cajazeiras, Triunfo, São João do Rio do Peixe, Bom Jesus e Cajazeiras, além de Umari, no vizinho Estado do Ceará. A origem do lugar remonta ao antigo povoado Canto de Feijão, nome que se deve à farta colheita de feijão. A partir de 1922, com a construção da Via Férrea Rede de Viação Cearense, o povoado passou a se desenvolver rapidamente. No local onde atualmente está situada a sede do Município, foi montado o acampamento dos trabalhadores da construção da via férrea. Em seguida, foram construídas casas de turmas, estação e outros imóveis destinados ao pessoal da manutenção da ferrovia.

O processo de emancipação política teve início em 1959, com a desvinculação de Santa Helena do Município de Antenor Navarro, atualmente chamada São João do Rio do Peixe. A emancipação veio somente em 1961, por meio da Lei estadual nº 2.616. Na época, vários municípios da região passaram pelo mesmo processo, como Triunfo, Monte Horebe, Carrapateira e Cachoeira dos Índios. A emancipação política de Santa Helena contou com o apoio do então prefeito de Antenor Navarro, Manoel Fernandes Dantas; do governador da época, Pedro Moreno Gondin; e do deputado estadual Acácio Braga Rolim.

Quanto ao clima de Santa Helena, o território está inserido no já citado Polígono das Secas, de característica semiárida e seca, temperatura elevada durante o dia, aumentando na

estação seca; baixo regime pluviométrico, além da irregularidade das chuvas. As oscilações climáticas, entretanto, não chegam a diferenciar quatro estações no ano, em geral sendo possível identificar o verão, com ponto máximo entre setembro e dezembro; e a estação chuvosa, restrita a três ou quatro meses por ano.

Santa Helena - PB está voltada à agricultura, atividade que tem presença marcante desde o surgimento do povoado que posteriormente se tornaria cidade. A produção de milho, algodão e feijão se destacavam entre as atividades econômicas. Tendo em vista que a economia e a subsistência das famílias sempre estiveram ligadas à terra, o período de secas sempre ocasionou grave impacto para os camponeses, comerciantes e, conseqüentemente, para a maior parte da população local, assim como acontecia em praticamente todo o Nordeste durante as secas históricas. Enquanto alguns buscavam a sobrevivência em outras regiões do País, principalmente em grandes centros urbanos, outros permaneciam em Santa Helena e enfrentavam os efeitos da seca.

Apesar da tradição agrícola, a posse das terras estava concentrada nas mãos de poucos fazendeiros que tinham as maiores propriedades, aquelas com terras mais adequadas ao plantio. Os agricultores deviam pagar uma renda ao dono da propriedade. No início de 1979, quando os efeitos das estiagens prolongadas já eram sentidos pelo interior da Paraíba, vindo a se confirmar a seca alguns meses depois, ao sertanejo que ficava no município e decidir enfrentar as dificuldades, restava somente se submeter à exploração do trabalho por parte daqueles que ainda estavam em melhor situação.

Em 1980, novamente as chuvas não apareceram na maior parte da Paraíba, inclusive em Santa Helena - PB, onde as altas temperaturas impediam as plantações. Além disso, os reservatórios de água já estavam se esgotando, tanto para o consumo animal, quanto para as pessoas. A população rural vivia em situação extremamente precária, dependendo de intervenções governamentais para sobreviver à seca implacável.

Diante da ausência total de chuvas, os políticos locais começavam a solicitar uma intervenção governamental de autoridades do Estado, para que enviassem socorros necessários à sobrevivência das pessoas. Além do interesse de suprir, ainda que de forma básica, a alimentação das famílias afetadas pela seca, o governo tinha interesse de evitar um grande êxodo rural, pois em muitos municípios da região as pessoas fugiam da seca para outros Estados, onde a renda não dependesse diretamente do regime de chuvas.

As políticas governamentais voltadas ao auxílio da população nordestina nos períodos de seca, contudo, surgiram inicialmente na tentativa de reduzir as intensas ondas migratórias de pessoas que buscavam melhores condições de vida em outras regiões do Brasil. A política

antimigratória, disfarçada de ajuda aos flagelados da seca, se empenhou na construção de obras, como açudes e estradas, servindo ao propósito de manter um grande número de trabalhadores famintos longe dos centros urbanos em outros Estados, quando o destino principal era São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília.

Nesse sentido, cabe destacar que, no diagnóstico sobre o Nordeste, não é a seca que se destaca enquanto problemática limitante do desenvolvimento econômico e social, mas, principalmente, o “atraso do Nordeste em comparação às regiões Centro e Sul e que, mesmo com o processo de industrialização em curso em outras regiões do País, crescem as diferenças econômicas e sociais inter-regionais” (MOREIRA NETO, 2013, p. 103).

As muitas contradições e injustiças vivenciadas pela população nordestina, principalmente nas regiões mais castigadas pela seca, refletem também no precário acesso à renda, educação e políticas públicas de desenvolvimento, evidenciando a total falta de interesse dos governantes, que pouco fizeram para diminuir a dependência dos auxílios governamentais durante os períodos de longas estiagens.

Assim, por diversos meios, o fenômeno natural da seca foi apropriado para o surgimento de uma indústria das secas, com ampla estrutura administrativa e aporte de recursos que não foram suficientes para mudar a realidade vulnerável da população nordestina. De modo geral, busca-se mostrar que não é a seca que limita o desenvolvimento econômico e social na região, mas, principalmente, as diferenças inter-regionais econômicas e sociais que, mesmo com o avanço do processo de industrialização em outras regiões do País, a situação de atraso no Nordeste permanece.

Conhecidos os principais aspectos sociohistóricos da Paraíba e, especialmente, do Município de Santa Helena, o capítulo seguinte busca elucidar o objeto de estudo do presente trabalho por meio da análise documental e depoimentos de pessoas que trabalharam nas Frentes de Emergência no Município.

CAPÍTULO 3

UM ESTUDO ESPECÍFICO DE COMO SE COMPORTAVAM AS OLIGARQUIAS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA CONTRA A SECA NA CIDADE DE SANTA HELENA – PB (1961-1990)

No intuito de abordar de maneira específica a temática das frentes de emergência contra a seca especialmente no Município de Santa Helena – PB, objeto desse estudo, recorreremos mais uma vez a descrição de alguns aspectos gerais, objetivos e impactos alcançados, destacando a distribuição dos recursos, o comportamento da elite agrária e política, no foro de Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa e no domínio dos cargos políticos e as causas da ineficácia dessa forma de intervenção. De um modo geral, busca-se enfatizar a finalidade dos recursos destinados ao Nordeste, Paraíba e Santa Helena - PB durante os períodos das secas e seus alcances de influencia.

Frente à problemática das secas no Nordeste, algumas instituições foram criadas ao longo do século XX no intuito de enfrentar problemas decorrentes desse fenômeno. A princípio, em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que posteriormente, em 1919 se tornou Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) que, entretanto, desenvolveram ações intermitentes, conforme a gravidade das secas e a influência política no Nordeste, caracterizadas por muitas obras iniciadas, inacabadas ou paralisadas. O IFOCS foi transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945 e as ações passaram a ser direcionadas, sobretudo pela nova compreensão da realidade nordestina que sobreveio com as grandes secas de 1951-1953 (NUNES, 2012; PIRES; PAULA, 2017).

Posteriormente, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, através da lei nº 3.692, de 1959, com o objetivo de implantar políticas públicas voltadas à promoção e coordenação do desenvolvimento nordestino penalizado pelas secas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que:

A criação da Sudene e, sobretudo, a sua consolidação, após 1964, como agência fomentadora de um desenvolvimento conservador, consagra, pois, o surgimento de uma nova elite política e econômica no Nordeste. Essa elite nasce no seio das chamadas tradicionais oligarquias regionais e se moderniza com a aliança com o capital industrial, nacional e transnacional (MOREIRA NETO, 2013, p. 109).

Durante os períodos de longas estiagens no semiárido nordestino, o êxodo rural era uma experiência vivida para muitos agricultores que, diante da situação crítica, procuravam meios de sobrevivência em outras regiões do Brasil. Um grande número de pessoas pobres se aglomerava nas periferias dos grandes centros urbanos, onde encontraram péssimas condições para moradia, contribuindo para ocasionar problemas nesses locais. As elites urbanas eram assim, incomodadas pelo acúmulo de problemas gerados por essa população flutuante, por outro lado, esse êxodo atingia em cheio as oligarquias agrárias que ficavam sem mão-de-obra. Portanto, a criação das frentes de emergência contra a seca, resolvia o problema do êxodo e contribuía com as oligarquias que se aproveitavam da mão-de-obra dos trabalhadores da terra de Santa Helena – PB em benefício próprio, com frentes de trabalhos em suas propriedades. Onde matavam dois coelhos com uma cajadada só, não perdiam a mão-de-obra barata, faziam obras em suas propriedades e ainda pousavam de paladinos da generosidade.

Essas frentes de trabalho eram a principal atividade dos trabalhadores da terra da cidade de Santa Helena - PB nos períodos de seca. O auxílio governamental chegava por meio de recursos destinados a pagar os trabalhadores em troca do trabalho na construção e manutenção de estradas, além das obras de açudagem. A mobilização para o trabalho empregava ou sub empregava uma expressiva parcela da população, que não tinha outra alternativa e acabava se submetendo às condições impostas pelos órgãos governamentais responsáveis.

O denominado Programa de Emergência corresponde a uma mudança na forma como o poder central buscava contornar os transtornos ocasionados no gerenciamento das frentes de trabalho, as quais eram organizadas para oferecer emprego à população e evitar o elevado êxodo rural que trazia consequências urbanas. O Programa de Emergência, portanto, buscava contornar o desemprego no auge das secas que afligiam a população nordestina e impulsionava as ondas migratórias (SILVA, 2017).

As frentes de trabalho que foram realizadas antes da década de 1970 se revelaram ineficazes, já que não trouxeram impactos significativos e apenas mobilizaram camponeses para a construção de estradas e açudes em benefício de latifundiários do Norte e Nordeste. O valor pago aos trabalhadores era insignificante e uma pequena quantidade de alimentos de primeira necessidade era fornecida. As frentes, entretanto, foram eficientes em cumprir com o objetivo de manter o poder local sob o domínio de grandes latifundiários, aliados das oligarquias.

A partir de 1970, as frentes de emergência se tornaram mais frequentes e abrangeram maior número de trabalhadores, na tentativa de remediar as consequências dos períodos de

seca que se tornavam mais longos. Os agricultores enfrentavam a perda total de suas poucas fontes de renda, diante dos plantios improdutivos e da impossibilidade de continuar criando animais na situação de grave escassez hídrica (SOUTO, 2017).

Nas frentes de emergência criadas a partir de 1979, ao invés de trabalharem em obras públicas, os agricultores afetados pela seca eram convocados também para prestar serviços em propriedades privadas, sob o argumento de manter os empregos e o sustento das famílias durante os períodos de seca intensa. Mais uma vez, a forma de atuação das frentes de trabalho atendia aos interesses do poder central, bem como dos proprietários locais das terras, que prendia os camponeses às terras, evitando a migração, ao mesmo tempo em que também contribuía para a manutenção da influência sobre a população nos períodos eleitorais.

Foi possível constatar que a substituição das antigas frentes de trabalho pelo Programa de Emergência, por meio de ações da Sudene e do Ministério do Interior, no final da década de 1970, apesar de algumas diferenças na execução das ações, permaneceu favorecendo os mesmos grupos detentores do poder local e regional, aliados das oligarquias. Enquanto isso, os trabalhadores continuavam recebendo suprimentos mínimos, em troca de trabalho extenuante.

Enquanto as discussões e reivindicações em prol das melhores condições de vida nas regiões castigadas pelas secas se misturavam a outros debates que buscavam a modernização do Brasil, o Nordeste sofria um certo desprezo quanto ao volume de recursos destinados ao desenvolvimento, haja vista as grandes diferenças em relação aos Estados do Sul. Muitas vezes, os recursos para o enfrentamento das secas chegavam com grande atraso e não eram bem distribuídos nem fiscalizados, mantendo o favorecimento a alguns poucos particulares que também dominavam os cargos políticos. A grande massa da população permanecia no estado de pobreza e, a cada nova seca, a situação piorava.

Nos municípios, a eficácia das frentes de emergência era dificultada por vários fatores. Grande parte dos agricultores trabalhavam com as próprias ferramentas, com infraestrutura bastante precária, de forma que muitos chegavam a trabalhar famintos por causa da quantidade insuficiente de alimento que era enviada pelo Estado, além da falta de recursos que ocasionava atrasos no pagamento de salários.

Entretanto, os donos das grandes propriedades quase sempre eram os maiores beneficiados do programa, mesmo quando o Governo Federal assumiu o custeio das obras em pequenas e médias propriedades, uma vez que os proprietários tinham facilidades de crédito e os donos das fazendas de pequeno porte não tinham acesso às mesmas facilidades. Nesse contexto, nota-se que as secas eram colocadas como problema natural que impedia o

desenvolvimento social, quando, na verdade, era um problema de cunho político e social, proporcionando uma verdadeira indústria que beneficiava poucas pessoas, em detrimento a necessidade de muitos (PIRES; PAULA, 2017).

Como nos informa uma já considerável literatura sobre os temas, as práticas clientelistas históricas permaneceram durante as obras complementares e construção de açudes, em sua maioria nas propriedades particulares, beneficiando os donos das terras. O favorecimento de fazendeiros foi reforçado também por meio de empréstimos bancários e financiamentos que aperfeiçoavam a infraestrutura e valorizavam economicamente as propriedades, enquanto a maioria dos trabalhadores permanecia dependente dos proprietários das terras no período de chuvas e, durante as secas, dos poucos auxílios governamentais que, mais uma vez, revertiam em favor de uma minoria privilegiada. Portanto, as oligarquias permaneciam no controle das ações, intermediando o fluxo de recursos enviados pelo governo até o destino final.

Nas frentes de emergência, eram construídas obras de pequeno e médio porte, geralmente nas grandes propriedades. Essa política ficou conhecida como uma forma de sobrevivência para grande parte dos agricultores do sertão nordestino. As grandes estiagens afetavam os trabalhadores rurais e comerciantes, criando uma multidão de desempregados que eram selecionados para trabalhar nas obras. Entretanto, o valor pago pelos trabalhos realizados era mínimo, não chegando a suprir as necessidades das famílias. Por outro lado, o trabalho era excessivo e exaustivo.

Entretanto, as frentes de emergência levaram a situações de maior exploração para os trabalhadores que não eram convocados para trabalhar. Os médios e grandes produtores que não tinham sido afetados pela estiagem de forma grave, chamavam essas famílias para prestar serviços, mas pagando valor ainda menor do que aquele oferecido pelo governo. Até o final da década de 1990, as frentes de emergência operaram por todo o Nordeste, quando, então, teve início um período chuvoso, com índices pluviométricos voltando à normalidade.

As políticas relacionadas às estiagens tinham como principais órgãos executores a Sudene e o DNOCS e, mesmo com as mudanças introduzidas ao longo do tempo, as práticas permaneceram de cunho clientelista, incapazes de gerar condições para permitir a convivência com a seca, ao invés das tentativas frustradas de combater o fenômeno, que serviram mais para favorecer alguns proprietários de terras e representantes locais das oligarquias.

No Nordeste brasileiro, uma das principais preocupações na execução dessas políticas permaneceu em torno da intensa dispersão migratória de trabalhadores, que aumentava ainda mais nos anos de seca. A utilização de trabalhadores nordestinos nas obras públicas já ocorria desde a metade do século XIX, sob a justificativa de que, ao passo que se realizavam

construções para beneficiar a população local, os pobres desempregados das secas tinham como sobreviver.

Nas frentes de emergência, milhares de trabalhadores eram alistados em vários locais de uma região, para trabalharem com perfuração de poços, estradas de rodagem, construção de açudes, instalação de canais para irrigação, entre várias outras construções públicas. Os alistamentos eram disputados pelos trabalhadores, já que não havia vagas para todos. A chegada dos camponeses aos locais de alistamento era sempre marcada por grande agitação. Quando os nomes eram inseridos nas listas, outros problemas começavam a surgir, com relatos de escolhas e arranjos manipulados, denotando o favorecimento até mesmo nessa etapa do serviço, onde as oportunidades de trabalho deveriam ser distribuídas conforme as necessidades de cada família (FERREIRA, 2016).

Na construção das obras públicas, os trabalhadores enfrentavam a difícil situação de trabalhar praticamente em troca de comida, quase sempre de má qualidade, que não era suficiente para o sustento da família. O serviço pesado e mal pago, no cenário de escassez de água e fome, era a única opção que o sertanejo tinha. Os trabalhadores eram de diversas faixas etárias, com relatos de adolescentes que tinham a idade alterada na documentação para serem admitidos nas frentes de emergência. O regime de trabalho podia ser a diária ou empreitada, com turnos às vezes dobrados.

Os trabalhos manuais incluíam a roçagem e desmatamento, extração de terra com pá, corte de terra, transporte de pedra e terra, entre outros materiais, britamento de pedra usando picareta, entre outros serviços. Alguns trabalhadores desempenhavam funções mais específicas, como a fabricação de telhas e tijolos, reparos de peças, pintura, confecção de grampos e parafusos, marcenaria e carpintaria, entre outros.

Apesar das dificuldades do trabalho nas frentes de emergência, os trabalhadores lutavam para garantir uma vaga no serviço, pois a seca era implacável e as famílias rapidamente ficavam sem mantimentos. Os alimentos distribuídos nas frentes, ainda que em pequena quantidade e de má qualidade, eram ansiosamente aguardados por todos.

A luta dos trabalhadores não se encerrava no momento em que conseguiam uma vaga nas frentes de emergência. Era preciso suportar a dura rotina de fome e exploração. Quando começavam a trabalhar, os camponeses recebiam vales que eram trocados por alimentos em estabelecimentos previamente credenciados pelos órgãos que coordenavam as construções. Esses estabelecimentos eram, posteriormente, compensados pelo governo federal (CASTRO, 2020).

No cenário de luta diária contra a fome, outros problemas se somavam no cotidiano dos agricultores que conseguiam emprego nas frentes de emergência: a exploração pelos fornecedores, que cobravam caro por alimentos precários que, muitas vezes, esgotavam completamente nos estabelecimentos. Os trabalhadores que reclamavam das condições de trabalho nas frentes de emergência corriam o risco de perderem a única oportunidade de sobrevivência em meio à seca.

Não foram observadas mudanças significativas para a população porque a ineficácia das frentes de emergência estava diretamente ligada ao favorecimento da elite agrária local, que controlava os cargos políticos e mobilizava trabalhadores desempregados para construir açudes e estradas nas propriedades de grandes latifundiários, os mesmos representantes das oligarquias dominantes. Em troca do trabalho, a população pobre recebia um pagamento mínimo e uma pequena quantidade de alimentos de primeira necessidade (TORRES; SOUSA, 2017).

Por outro lado, as frentes de emergência gerenciadas dessa forma, com a má distribuição de recursos e ausência de fiscalização, contribuíram para alcançar com eficácia o principal objetivo, que era manter o poder local pela troca de favores entre o poder central e os grandes latifundiários, que eram detentores do poder político no interior nordestino.

Entende-se, portanto, que muitos são os desafios para a convivência com a seca no semiárido nordestino, especialmente quando a população precisa enfrentar, além do fenômeno climático natural, a má vontade política e as consequências da indústria da seca, que visa privilegiar uma minoria (RANGEL; MARQUESAN, 2018).

A convivência com o cenário das secas não é uma preocupação que ficou no passado, uma vez que o nordestino ainda convive com as consequências dos longos períodos de estiagem. Apesar do conhecimento técnico e condições atuais que proporcionam melhor convivência, a discussão sobre a temática é especialmente relevante quando se vislumbra o favoritismo político, o flagelo da população mais pobre, entre outros aspectos da malfadada indústria da seca.

3.1 Uma abordagem das Frentes de Emergência no município de Santa Helena – PB (1961-1990)

Ver a letra

Como parte central de nosso estudo em particular dessa temática apresentamos aqui o campo da pesquisa, ou seja, o município de Santa Helena - PB, o levantamento documental da pesquisa assim como a análise dos discursos e relatos coletados por meio das entrevistas

realizadas as quais apresentaremos e analisaremos, à luz dos referenciais teóricos. São pois entrevistas realizadas com as pessoas do município que trabalharam nas Frentes de Emergência do Município de Santa Helena - PB através das quais foi possível fazer uma breve abordagem sobre a estrutura administrativa das Frentes de Emergência, sobretudo quanto aos critérios adotados nas várias etapas, desde a escolha dos locais de instalação das obras, alistamento de trabalhadores e fiscalização.

O trabalho com a história oral tem se colocado como lugar importante para o diálogo com documentos oficiais e fontes escritas. Segundo Burke (1992), o trabalho com a história oral significa uma abordagem mais específica e detalhada para sanar qualquer dúvida sobre o estudo. Assim, podemos dizer que quando nos voltamos para essa metodologia de trabalho, com o contato direto, realizando entrevistas com as testemunhas oculares dos fatos, partimos da certeza de que muitas das lacunas da história das frentes de emergência no município estudado serão praticamente extintas. É notório, como vemos que a historiografia tradicional da temática aborda mais as questões do ponto de vista específico.

É fundamental destacar a importância da História Oral, a qual reflete as vivências lembradas por cada indivíduo de modo diferente, atribuindo diferentes significados de percepção. Através da história oral, é possível produzir documentos que recuperam acontecimentos passados não recuperáveis por outros meios. É através da interpretação entre os fatos vivenciados no passado que se constrói uma compreensão dos fenômenos contemporâneos.

O complexo contexto histórico que proporcionou o surgimento e permanência das oligarquias tem, certamente, importante contribuição da história oral para que chegasse ao conhecimento das gerações atuais. Os relatos que se transmitem entre as gerações revelam de que forma o domínio oligárquico se fazia presente no cotidiano da população. Na história oral, os testemunhos são as mais importantes fontes que possibilitam resgatar a posição do indivíduo no processo histórico, constituindo um documento que registra um determinado momento (ALBERTI, 2004).

Nesse sentido, esse capítulo apresenta uma explanação sobre como as oligarquias se comportavam no tocante às frentes de emergência contra a seca no Município de Santa Helena, na perspectiva da fonte oral, onde se coloca como lugar central do nosso trabalho, partindo da curiosidade em entender a história das oligarquias no período das secas que assolavam o Município no período entre 1961 a 1990.

3.1.1 Estrutura administrativa e critérios nas Frentes de Emergência em Santa Helena – PB: o registro documental

O Município de Santa Helena - PB está localizado no extremo Oeste da Paraíba, com população de 5.369 habitantes conforme o censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Está limitado ao Norte com a cidade de Triunfo, Sul com Bom Jesus e Cajazeiras, Leste com São João do Rio do Peixe e Oeste com os Municípios de Baixo e Umari, no Estado do Ceará. Elevado à categoria de município em 1961, desmembrado de Antenor Navarro, o município faz parte da área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, conforme definição do Ministério da Integração Nacional de 1956.

Nas frentes de emergência, a estrutura administrativa dos órgãos responsáveis pela execução das obras em Santa Helena - PB seguia um padrão semelhante ao encontrado em outras localidades. No Município, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) coordenava os trabalhos, mas atuou a serviço das oligarquias, representadas pelos chefes políticos locais, beneficiando proprietários que estavam ligados de forma direta ou indireta ao grupo político dominante. A EMATER-PB elaborava projetos de financiamento que beneficiavam, principalmente, os donos das grandes propriedades, que tinham influência no município e potencial para interferir, inclusive, nas Frentes de Emergência, com obras que eram realizadas em suas fazendas.

O registro documental sobre as Frentes de Emergência em Santa Helena - PB é escasso, sendo encontrado apenas algumas cópias de contratos de servidão e folhas de pagamento datadas da época, os quais se encontram como anexos no presente trabalho.

As folhas de pagamento não identificam as funções exercidas pelos trabalhadores, mas mostram expressiva diferença de valores, provavelmente em função da natureza do trabalho exercido nas frentes de emergência e dos descontos efetuados quando parte do pagamento era feito por meio de cestas básicas ou vales que eram trocados por alimentos.

O termo de servidão e utilização pública identificava os proprietários das terras e firmava o compromisso destes com a população local, para que todas as pessoas residentes nas imediações pudessem usufruir das obras construídas, tais como açudes ou cacimbões. Ainda que as terras fossem transferidas para terceiros, a servidão e utilização pública deveria permanecer.

- TERMO DE SERVIDÃO E UTILIZAÇÃO PÚBLICA -

Nós abaixo assinados Daniel Felix de Moura
e sua esposa, Adalgisa Molim Felix
brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Fazenda: Distrito
Melâncias, desta comarca de São João do Rio do Peixe, resolvemos fi-
zer o presente "Termo de Servidão" como assim se descreve:

01- Que somos senhores e legítimo possuidores do imóvel rural denomi-
nado FAZENDA Melâncias, desta comarca de São João do
Rio do Peixe Paraíba, objeto do registro nº _____

02- Que no imóvel em apreço será construído um, Cacimão
de dutivas de Trabalho, com recursos oriundos Programa "rentes Pro-
gramas"; que será utilizado comunitariamente pela
comunidade.

03- Que concedemos a título permanente a SERVIDÃO e UTILIZAÇÃO PÚBLI-
CA de toda área onde será localiz: do a referida obra.

04- Que o termo de Servidão e Utiliz: ão ora feito, destina-se a to-
das famílias residentes no imóvel ou nas suas imediações, tendo
as mesmas livres acessos ao local.

05- Que a Servidão e Utilização Púb: a permanecerá mesmo em caso de
transferência do imóvel para ter: iros.

E, para que surta seu jur: dicos regulares efeitos mandamos dati
lografar o presente termo ue va por GILTON FABRIS em "presença"
das testemunhas abaixo.

Rocemar O. Fre Farias
Tabelião Escrição do Crime e do Civil
Oficial do Registro CIVIL e de Protocolo
de Títulos e Cartas.

LOCAL Santa Helena, 01 de junho de 1983 Lindalva Jorge Farias - Recevinto
CEP - 65.840 - Itaipirima - Ceará
Univ. de Fortaleza
TABELÃO Nº. 1 - 2ª FOLHA

Antônia Ribeiro dos Santos
Fernando José de Oliveira
Reconheço (a) Firma (s) infra assinada(s)
da (s) com: (s) em: pública por: (s) (s)

Figura 2 – Termo de Servidão e Utilização Pública

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena – PB

COMISSOES NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
CODATA - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA
PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTS/PB
FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTE DE TRABALHO
MUNICIPIO : SANTA HELENA

PAG 41
DATA ABRIL/9
REF 18 E 19 QUINZENA(S)

FRENTE : 034 LOCALIDADE VARZEA DA EMA

| MATRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIQUIDO |
|-----------------|--------------------------------|----------------|-----------------|------------|
| 070.034.001 | 7 JURANDIR VIEIRA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.002 | 5 LEONARDO LOPES | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.003 | 3 MANOEL FERREIRA DIAS | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.004 | 1 MANOEL CICERO DE SOUSA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.005 | 0 MANOEL LUIZ DIAS | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.006 | 8 NELSON ALEXANDRE DIAS | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.007 | 6 PAULO LIVINO DE MORAIS | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.008 | 4 PAULO OLIVEIRA DE SOUSA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.009 | 2 RAIMUNDO LUIZ DIA NETO | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.010 | 0 RILZIMAR INACIO MACEDO | | | |
| A F A S T A D O | | | | |
| 070.034.011 | 4 RONALDO RODRIGUES DE FREITAS | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.012 | 2 RUFINO TAVARES DE SOUSA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.013 | 0 RONALDO GONCALVES VIEIRA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.014 | 9 RAIMUNDO ABRANTES DE SANTANA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.015 | 7 RAIMUNDO RODRIGUES COURA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.016 | 5 SEVERINO FRANCISCO DE SOUSA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.017 | 3 SILVESTRE JOSE DO NASCIMENTO | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.018 | 1 TEREZINHA VIEIRA GERMANO | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.019 | 0 VANDERLEY DIAS ABRANTES | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.020 | 3 VANDI BIANO CAVALCANTE | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.021 | 1 VICENTE ABRANTES PATURY | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.022 | 0 JOSE FREITAS | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.034.023 | 8 FRANCISCO BATISTA MARECO | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| N.ALIST = 22 | TOTAL DA FRENTE = | 470.800,00 | 0,00 | 470.800,00 |

Figura 3 – Folha de pagamento de Frentes de Trabalho referentes à localidade Várzea da Ema, Santa Helena – PB.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena – PB

COMISSOES NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN
CODATA - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA
PROGRAMA FRENTE PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTS/PB
FOLHA DE PAGAMENTO DE FRENTE DE TRABALHO
MUNICIPIO : SANTA HELENA

PAG 39
DATA ABRIL/9
REF 18 E 19 QUINZENA(S)

FRENTE : 032 LOCALIDADE VARZEA DA EMA

| MATRICULA | NOME | TOTAL VANTAGEM | TOTAL DESCONTOS | LIQUIDO |
|--------------|----------------------------|----------------|-----------------|--------------|
| 070.032.046 | 6 MARIA VILANIR DA SILVA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.032.047 | 4 MARIA LOPES | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.032.048 | 2 TEREZINHA LOPES DE MOURA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| 070.032.049 | 0 ALTA ABRAAO DE SANTANA | 21.400,00 | 0,00 | 21.400,00 |
| N.ALIST = 48 | TOTAL DA FRENTE = | 1.027.200,00 | 0,00 | 1.027.200,00 |

Figura 4 – Folha de pagamento de Frentes de Trabalho com listagem das mulheres.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena – PB

Quanto à fiscalização das atividades desenvolvidas nas Frentes de Emergência e da destinação dos recursos, a maior parte das informações foram colhidas por meio das entrevistas. Entretanto, apesar da existência de um contrato de servidão que tornava pública a obra realizada em uma propriedade, a falta de fiscalização após o fim das Frentes em uma região acabava prejudicando o acesso da população às obras, que deveriam beneficiar toda a comunidade.

A escassez documental prejudica a preservação de informações que são do interesse de toda a sociedade, haja vista a importância de conhecer a história recente do Município de Santa Helena – PB em seus variados aspectos, especialmente no que diz respeito à destinação de recursos públicos para favorecer alguns poucos privilegiados, aliados das oligarquias.

Os documentos, preservados e acessíveis, são parte fundamental da construção da História, refletindo a memória de uma sociedade, todavia não apenas documentos escritos, também documentos fabricados a partir dos relatos transmitidos por meio da história oral. Portanto, trata-se de estudar acontecimentos históricos, momentos e grupos sociais a partir de depoimentos de pessoas que presenciaram esses acontecimentos, de modo que os documentos são efetivamente gerados no momento em que se realiza esse estudo e são considerados legítimos pelo seu valor informativo e simbólico quanto qualquer outro documento escrito. Já que em ambos cabe por último a análise do historiador.

Entretanto, a escassez do registro documental no presente estudo nos faz pensar que sobre a fiscalização e como se cria situações propícias a arbitrariedades por parte dos agentes envolvidos na execução das obras e no pagamento dos trabalhadores, ou seja, não se sabe porque cargas d'água esses documentos simplesmente desapareceram dos arquivos. Será de propósito?

Na sede da prefeitura de Santa Helena - PB, não foram encontrados quaisquer documentos que comprovem os recursos recebidos e efetivamente aplicados nas obras, que caracterizem a estrutura administrativa das Frentes de Emergência, indicando responsáveis por cada setor.

As folhas de pagamento da época são apenas demonstrativos simples, com nomes e valores recebidos por cada trabalhador alistado, sem especificar a função exercida ou o motivo dos descontos realizados em cada pagamento. Essas folhas não são assinadas e, portanto, não identificam o responsável pelos pagamentos. Dessa forma, o registro documental é extremamente precário, deixando um verdadeiro vácuo informativo desse período da história do município de Santa Helena – PB.

3.2 Análise dos discursos e narrativas dos populares: prioridades e impactos das Frentes de Emergência contra a seca em Santa Helena – PB

Como já pontuado, trabalhos com a história oral e realização de gravações de entrevistas são desenvolvidos a partir de um roteiro pré-estabelecido, norteador e condutor dos diálogos estabelecidos com os depoentes.

As entrevistas foram realizadas com 10 (dez) participantes que residem no Município de Santa Helena- PB, na região do Alto Sertão Paraibano e trabalharam nas frentes de emergência, muitos deles hoje sexagenários e octogenários (idoso). Assim, foi possível observar algumas representações destes populares sobre os impactos das frentes de emergência, a prioridade na instalação de obras, a convivência com o cenário das secas e as consequências econômicas e sociais. Nesse contexto, busca-se caracterizar as intervenções governamentais e o favoritismo político, guiado pelas oligarquias dominantes no município de Santa Helena – PB, os ex-prefeitos Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa que se alternaram no poder no período do recorte deste trabalho.

Inicialmente, foram colhidas algumas informações sobre os participantes da pesquisa: a idade; função exercida nas Frentes de Emergência; e a ocupação atual.

Tabela 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa

| VARIÁVEIS | N | % |
|---|---|-----|
| IDADE | | |
| 51 a 60 anos | 3 | 30% |
| 61 a 70 anos | 2 | 20% |
| 71 a 80 anos | 4 | 40% |
| 81 anos ou mais | 1 | 10% |
| FUNÇÃO NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA | | |
| Núcleo administrativo de apoio | 5 | 50% |
| Apontador | 4 | 40% |
| Cassaco | 1 | 10% |
| OCUPAÇÃO ATUAL | | |
| Aposentado | 7 | 70% |
| Funcionário público | 2 | 20% |
| Autônomo | 1 | 10% |

Fonte: dados da pesquisa, 2021

Da leitura da tabela acima, é possível extrair que a maioria dos participantes possui idade superior a 60 anos, sendo que um dos entrevistados tem mais de 80 anos. Quanto às funções exercidas nas Frentes de Emergência, metade dos participantes afirmaram trabalhar no núcleo administrativo municipal de apoio, enquanto quatro entrevistados eram apontadores

e apenas um tinha a função de cassaco. Quanto à ocupação atual, 70% dos entrevistados são aposentados, 20% são funcionários públicos e aproximadamente 10% trabalha como autônomo.

Inicialmente, cabe destacar a grande desigualdade no acesso à terra em Santa Helena, visto que as grandes propriedades, quase sempre as escolhidas para a realização das obras pelas Frentes de Emergência, estavam concentradas nas mãos de poucas famílias. A estrutura fundiária de Santa Helena - PB não passou por grandes mudanças ao longo do tempo, sendo que as médias e grandes propriedades ainda permanecem no poder de famílias tradicionais, outrora com membros pertencentes ao quadro político local, ligados ao governo e às oligarquias. Realidade esta que, diga-se de passagem, reflete a estrutura da sociedade desde a condição colonial.

Quando pensamos o diálogo a ser estabelecido como os informantes e participantes da pesquisa, o primeiro questionamento apresentado aos entrevistados foi o seguinte: “quais eram as propriedades escolhidas pelas Frentes de Emergência no Município de Santa Helena – PB?” Algumas respostas são destacadas a seguir e permitem vislumbrar o favorecimento de alguns proprietários ligados aos chefes políticos locais:

Eram muitas, mas sempre eram escolhidas propriedades mencionadas pelo grupo de apoio do município às Frentes. (Entrevistado 2)

Eram as fazendas escolhidas pelo pessoal da prefeitura que dava apoio ao chefe da EMATER-PB, mas sempre eram as mesmas, do pessoal rico e influente da região. (Entrevistado 6)

Na realidade, era para serem escolhidas as que atendessem às necessidades da comunidade, mas sempre eram escolhidas propriedades mencionadas pelo município e de quem tinha influência política na cidade. (Entrevistado 7)

Segundo a maioria dos entrevistados o período de secas prolongadas, as frentes de emergência eram esperadas ansiosamente não só pelos trabalhadores, que precisavam sobreviver, mas também pelos grupos políticos liderados pelos ex-prefeitos Elair Diniz Brasileiro, Daciano Soares de Sousa e seus aliados, que eram os principais beneficiados, tendo a oportunidade de fortalecer o poder econômico e político por meio da aquisição de obras em suas propriedades, financiamentos de alto valor e distribuição de vagas para as famílias que, nos períodos eleitorais, poderiam retribuir o favor. Esse cenário se intensificou ainda mais entre 1979 e 1983, quando a maior parte do Nordeste enfrentou uma das mais duras secas.

Em Santa Helena - PB, assim como em outros municípios, o prefeito devia solicitar auxílio ao governo estadual. Quando a Frente de Emergência era confirmada, os políticos locais “faziam festas” e começavam a providenciar o alistamento das pessoas, muitas vezes adotando critérios partidários.

Os relatos dos entrevistados mostram que a escolha das propriedades era guiada principalmente pelos grupos de apoio do governo municipal, os ex-prefeitos Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa que trabalhavam em conjunto com a EMATER-PB, e sempre beneficiava os proprietários abastados da região (Rolim, Soares, Brasileiros, Diniz, etc), que tinham suas fazendas mais valorizadas pelas benfeitorias realizadas através das frentes de emergência.

A segunda pergunta do questionário foi direcionada a conhecer quem eram os donos das fazendas: “quais eram os proprietários destas fazendas?” As respostas se repetiram, confirmando de maneira unânime quem eram os proprietários:

Eram os Soares, Rolim, Brasileiros, na época prefeitos. (Entrevistado 5)

O prefeito, vereadores e familiares que eram os donos das fazendas. (Entrevistado 8)

Os relatos permitem identificar sobrenomes de famílias tradicionais da região, que permanecem donos das maiores propriedades e tinham ligação com a política local e estadual no período das Frentes de Emergência. Além da influência direta na política, que garantia os benefícios para suas fazendas, possivelmente também influenciavam na indicação da mão-de-obra.

A EMATER-PB, por outro lado, pouco fazia pelos pequenos produtores, pois os verdadeiros beneficiados eram os aliados dos políticos locais, Elair Diniz Brasileiro, Daciano Soares de Sousa e vereadores coligados sendo que, muitas vezes, esses políticos eram os proprietários das terras. Os técnicos da EMATER-PB eram assessorados por funcionários da prefeitura, mostrando as propriedades e as comunidades mais carentes, criando as oportunidades propícias para direcionar a aplicação dos recursos públicos da forma que agradasse aos representantes locais das oligarquias.

Em seguida, buscou-se conhecer a localização das fazendas que recebiam as obras: “onde se localizavam as fazendas, ou seja, se eram perto da zona urbana ou não?” As

respostas indicam, além da localização, outros aspectos das obras que desvirtuavam o caráter público, em benefício da comunidade:

As fazendas escolhidas eram mais próximas dos distritos e comunidades populacionais mais necessitadas. (Entrevistado 1)

As fazendas eram escolhidas por obras que justificassem a sua execução, como reforma ou ampliação de açude, construção e reforma de cacimbão, onde o proprietário assinava um termo de responsabilidade e a obra se tornava de uso público. Por não existir uma continuidade dos trabalhos e a fiscalização após a conclusão da obra por parte do órgão executor, a grande maioria se tornava de uso privado, ou seja, apenas o proprietário se beneficiava. (Entrevistado 3)

Os técnicos executores atuavam na localidade apenas durante o período em que o Programa de Emergência realizava obras. Assim, a fiscalização era praticamente inexistente e, em pouco tempo, a maioria das obras se tornava de uso particular, beneficiando apenas os donos das terras, que restringiam o acesso aos bens. Ainda sobre a localização das fazendas, outro participante afirmou que os proprietários faziam o requerimento na prefeitura, que encaminhava o pedido à EMATER-PB:

Era de acordo com o pessoal da EMATER-PB, contratados da prefeitura, que ajudavam na administração das Frentes de Emergência. Os donos da fazenda requeriam o serviço emergencial à prefeitura municipal e a mesma encaminhava o pedido à EMATER-PB. (Entrevistado 9)

Cabe ressaltar que a realidade de pobreza durante as secas em Santa Helena era praticamente a mesma vivida no Estado e em outras partes do Nordeste, mas as vagas de trabalho eram insuficientes para atender a todos que necessitavam. A interferência de políticos na escolha dos trabalhadores para compor as turmas acabava penalizando outros igualmente necessitados, já que as famílias mais numerosas deveriam ter acesso a mais vagas e, assim, conseguir suprir suas necessidades de sobrevivência. No entanto, isso nem sempre era observado como critério de escolha.

Pois como vimos nos relatos a escolha das fazendas onde seriam realizadas as obras, era feita a partir da preferência dos proprietários pelas famílias aliadas de seu grupo político para trabalharem nas propriedades. Surgiam frequentes conflitos entre camponeses e funcionários da EMATER-PB, em razão do pequeno número de vagas e pelo favorecimento

de alguns. A interferência de políticos era constante e, contra isso, a população pobre praticamente não tinha qualquer meio de defesa.

O item quatro da entrevista foi o seguinte: falando sobre quais os critérios escolhidos para que as fazendas fossem “agregadas” para receber as Frentes de Emergência, as respostas indicam que, apesar das prioridades que deviam ser observadas, o favorecimento político era fator predominante:

Indicação política, os donos das fazendas eram prefeitos e vereadores em sua maioria. (Entrevistado 7)

Eram feitas as reuniões com as comunidades para discussão da escolha da fazenda a ser agregada, com base na acessibilidade da população. (Entrevistado 8)

As fazendas escolhidas tanto podiam ser perto ou longe da zona urbana, mas, em muitos casos, dependia da influência do dono da terra com os homens. (Entrevistado 10)

Conforme já relatado, os donos das fazendas eram, em sua maioria, políticos locais. A influência dos proprietários era fator determinante para a escolha. Os relatos também apontaram a ação dos vereadores do município e região, tanto na escolha dos locais que receberiam as Frentes, quanto no alistamento das famílias. Destacaram, ainda, que havia grande exploração dos trabalhadores nessas fazendas, já que os proprietários tinham farta mão-de-obra disponível, se beneficiando gratuitamente do trabalho da forma como lhe fosse mais conveniente. No fim do período emergencial, quando os técnicos se retiravam do local, os trabalhadores não tinham acesso ao que haviam produzido, principalmente açudes e cacimbões.

Para terem acesso à terra, que os próprios trabalhadores haviam preparado para o plantio, deveriam pagar uma renda ao dono. Assim, os trabalhadores da terra permaneciam vivendo nas mesmas condições de dependência e exploração, tendo recebido durante as Frentes de Emergência, tão somente o mínimo para não perecerem durante a seca. Por outro lado, os proprietários tinham suas terras valorizadas, aumentavam o seu poder econômico e político.

A quinta pergunta da entrevista apresentou aos participantes o seguinte questionamento: quando falavam sobre “qual o órgão responsável administrativamente na esfera municipal pelas frentes de emergência, os entrevistados apresentaram respostas

divergentes, algumas apontando órgãos, outras admitindo a inexistência de órgãos específicos a nível municipal:

EMATER e GESCAP. (Entrevistado 3)

Não existia um órgão responsável pelo município, o prefeito escolhia pessoas da comunidade urbana e rural para representar o município. (Entrevistado 6)

Antigo DNOCS, EMATER-PB. Essas Frentes de Emergência regidas por essas instituições não eram administradas pelo município. Acontecia apenas a colaboração com pessoas ligadas ao município. (Entrevistado 7)

O órgão principal que era procurado para a execução do programa (emergência) era a prefeitura, mesmo não sendo a executora, mas dava o apoio logístico com o prédio local de funcionamento do escritório e funcionários disponíveis para colaborar com o programa. (Entrevistado 9)

Podemos dizer que as contradicoes revelam grau de medo de não comprometimento com questões que parecem delicadas. Mas fica evidente portanto, que a Prefeitura Municipal de Santa Helena – PB, através dos seus então ora prefeitos, Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa e seus apoiadores tinham participação fundamental, onde os políticos locais poderiam interferir livremente. Ao mesmo tempo, a falta de representatividade e de legislação específica para responsabilizar dirigentes nas Frentes de Emergência gerava uma situação de insegurança, pois o município atuava e influenciava, por meio de seus agentes, mas ninguém era responsabilizado por eventuais irregularidades porque não havia vínculo formal. Conforme os relatos, o município de Santa Helena – PB dava apoio logístico e o prefeito indicava pessoas para colaborarem na execução do programa.

A prefeitura municipal de Santa Helena – PB não era a executora das obras, apenas um órgão administrativo não operacional, porém, com muita influencia nas indicações de possíveis alistados nas vagas disponíveis, disponibilizava funcionários para atuarem dentro dos órgãos executores e intermediavam todo o processo de instalação das Frentes de Emergência e formação das turmas. Como os técnicos da EMATER-PB muitas vezes não conheciam a região, eram as pessoas indicadas da prefeitura municipal de Santa Helena – PB, através de vereadores ou assessores do poder executivo que davam informações sobre localização das propriedades e seus proprietários.

Assim, a situação era ideal para permitir a atuação de políticos a favor de seus aliados, os quais eram detentores de vastas propriedades e tinham ao seu alcance, numa relação direta de dependência, numerosas famílias de agricultores que certamente apoiariam os candidatos indicados pelos representantes das oligarquias, criando o cenário propício para a manutenção do poder.

Essas oligarquias tinham tanta influência, a exemplo do ex-prefeito Elair Diniz Brasileiro, que chegava ao ponto de ser, pai, conselheiro, médico, dentista, curandeiro, ou seja, estabelecia uma relação onde a população de Santa Helena – PB dependia muito dele para tudo, desde o pão as consultas médicas e remédio.

Sobre os trâmites financeiros e a fiscalização das Frentes de Emergência, os entrevistados também responderam à seguinte pergunta: “como era feita a fiscalização destas obras financeiramente, ou seja, no pagamento e no apontamento?” As respostas indicam que não havia um padrão organizacional para a fiscalização dos recursos:

A fiscalização era feita por uma pessoa de fora, e que também fazia os pagamentos. Era uma espécie de servidor do Estado. (Entrevistado 2)

Quanto ao pagamento nesse período, isso variou muito, era feito através de feira ou cesta básica, dinheiro e até cheques aos trabalhadores das obras. Quanto ao apontamento, isso era feito por alguém que podia ser um trabalhador da obra ou não, como também da comunidade, escolhido para ser o responsável por uma turma. Alguns eram escolhidos de acordo com o grau escolar, indicados pela prefeitura. (Entrevistado 4)

Feitores faziam o apontamento e quinzenalmente a frequência era entregue por eles ao fiscal municipal, este repassava para o fiscal estadual que efetuava o pagamento junto aos funcionários. (Entrevistado 5)

Os relatos dos entrevistados, tendo como exemplo os senhores Gilberto Alves Duarte e Francisco Bento, indicam que os apontadores eram indicados pela prefeitura municipal de Santa Helena – PB e a frequência dos trabalhadores era entregue por eles ao fiscal estadual, que fazia o pagamento. A EMATER-PB acompanhava as atividades, com a participação de membros de uma comissão. O pagamento era feito em dinheiro, quinzenalmente, na própria comunidade.

Entretanto, a fiscalização era praticamente inexistente, ou seja, não tinham processos licitatórios como acontece hoje, o pagamento, segundo alguns entrevistados chegavam em espécie, malas de dinheiro que eram entregues aos responsáveis para efetuarem os

pagamentos das frentes de emergência da cidade de Santa Helena – PB. As falas estão de acordo com o que afirma Coelho (1985), sobre a prática da corrupção na história da maioria das Frentes de Trabalho e o uso da máquina pública para ganhar as eleições repetidamente. Os recursos da Emergência foram utilizados para práticas corruptas, como os alistamentos fantasmas, compra de votos, salários pagos pela metade, vereadores alistados nas Frentes, entre outras ações. O Programa de Emergência havia se tornado um grande foco de corrupção, onde grandes obras eram realizadas em benefício de particulares e recursos eram desviados para outras finalidades, enquanto os trabalhadores recebiam remuneração irrisória em troca de trabalho penoso.

Os seguidos anos de seca entre as décadas de 70 e 80 foram desastrosos para os trabalhadores que dependiam da terra para viver. A situação chegava ao extremo de faltar água até mesmo para o consumo doméstico. Ainda segundo o mesmo autor, os recursos da política governamental de combate à seca serviram, em grande parte, para o “fortalecimento da estrutura de uso e posse da terra [...] favorecendo o grande proprietário – latifundiário ou empresa rural – e aumentando mais ainda a concentração da propriedade fundiária” (COELHO, 1985, p. 41).

O poder político e econômico de uma minoria privilegiada, aliada das oligarquias, era vital para a manutenção do poder dos senhores Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa. A falta de fiscalização nas Frentes de Emergência contribuiu para criar as condições ideais à corrupção, onde os recursos públicos que deveriam socorrer a população passaram a produzir efeitos contrários ao interesse coletivo.

Quanto à composição das turmas de trabalhos nas frentes de emergência de combate a fome, os entrevistados responderam ao seguinte questionamento: “qual o número (máximo/mínimo) de pessoas em cada turma nas Frentes de Emergência?” As respostas foram variadas e o número de trabalhadores podia chegar até 70 ou mais, dependendo do tipo de serviço:

A faixa de pessoal a trabalho era de 20 a 40 pessoas por serviço. (Entrevistado 1)

Quanto ao número de pessoas, variava muito, pois isso dependia da obra que estava sendo executada. Por exemplo: cacimbão, 5 homens; passagem molhada, entre 15 a 20 homens; açude, dependendo do porte do mesmo, como também do serviço a ser feito, podia ter 50, 60, 70 e até mais trabalhadores. (Entrevistado 4)

Mínimo de 6 (seis) pessoas, o máximo era de acordo com a obra. (Entrevistado 8)

Nas localidades com maior concentração de famílias, eram formadas mais turmas. Além da construção de açudes e cacimbões, grandes áreas de terra eram preparadas para plantio nas fazendas. Os trabalhadores geralmente faziam refeições nos locais de trabalho. As Frentes de Emergência também formavam turmas próximo à zona urbana, para trabalhos de limpeza de estradas.

Entretanto, as vagas quase sempre eram insuficientes. Em famílias numerosas, muitas vezes havia apenas uma pessoa alistada. As vagas que surgiam eram disputadas por muitos trabalhadores da terra, mas quase sempre eram destinadas para as famílias que tinham mais proximidade e afinidade com políticos influentes.

As denúncias de irregularidades e brigas políticas de vez em quando aconteciam nas Frentes de Emergência. Com o tempo, o pagamento foi modificado e parte da remuneração passou a ser recebida na forma de uma cesta básica. Entretanto, também não havia fiscalização sobre a distribuição dos itens e, até nesse aspecto, algumas pessoas eram favorecidas. Apesar de alguns entrevistados afirmarem que não havia interferência política nas Frentes de Emergência, seja no alistamento das famílias ou na distribuição das cestas básicas, a maior parte dos respondentes deu indícios de que “ter amizade” com alguns políticos era o requisito mais importante para garantir o acesso às vagas de trabalho e o recebimento das cestas básicas.

Foi perguntado no oitavo quesito da entrevista: como era as formas de ingresso nas frentes de emergencia ou como se dava a escolha das famílias pela quantidade de integrantes para se integrarem às Frentes de Emergência, os informantes relataram que os principais critérios eram a necessidade das famílias e o maior número de membros. Assim, as famílias muito pobres e mais numerosas eram priorizadas:

Aqui não tinha escolha de integrantes por família, teve casa que, tirando as mulheres, todos os homens foram empregados na frente de serviço. (Entrevistado 3)

Dependendo do trabalho, da unidade familiar até 2 pessoas por família cadastrada. Sempre era escolhido o chefe da família e os filhos mais velhos para compor as Frentes de Emergência. (Entrevistado 6)

De acordo com a necessidade de cada família, que os alistados tinham uma “impeleita” por dia, que sabia e ouviu dizer que pessoas

mais abastadas ligadas à administração municipal estavam alistadas mas não apareciam nas obras, pois os demais os conheciam e não aguentavam a jornada no serviço pesado. (Entrevistado 7)

Apesar dos critérios ligados ao tamanho e necessidade das famílias, o favorecimento sempre existiu, inclusive com o alistamento de pessoas que não compareciam ao serviço, mas recebiam pagamento. Logo, os apontadores responsáveis por cada turma, geralmente indicados pela prefeitura municipal de Santa Helena - PB, sobre a batuta até então prefeitos Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa atestavam a frequência dessas pessoas e passavam a lista ao setor responsável pelo pagamento.

Por outro lado, as famílias mais pobres e numerosas, segundo os entrevistados, diante da extrema necessidade, chegavam a alterar a idade dos filhos nos documentos para que fossem admitidos nas Frentes de Emergência, na tentativa de aumentar o rendimento para sustentar a família durante os períodos de maior dificuldade. Quando havia demanda por serviço em fazendas, com as quais os trabalhadores da terra já tinham alguma relação de trabalho, alguns chefes de família chegavam a enviar um parente ou filho em seu lugar, para as Frentes de Emergência, enquanto tentavam aumentar os rendimentos com trabalhos complementares em outros lugares, já que o valor era insuficiente para suprir a sobrevivência com o básico.

Na sequência da entrevista, buscou-se conhecer a participação das mulheres e crianças nas atividades: “qual a participação de mulheres e crianças nestas Frentes de Emergência?” De acordo com os respondentes, a participação das mulheres consistia, principalmente, no preparo das refeições e abastecimento de água de beber para os trabalhadores das turmas.

Como o trabalho era mais braçal, o número de mulheres era bem reduzido. Uma por equipe. Realizavam tarefas como cozinhar para o grupo. Não haviam crianças. Não legalmente, já que havia um limite de idade permitida para serem aceitos nas Frentes, o que levou alguns pais a mudarem as datas de nascimento dos filhos em dois ou três anos a mais. (Entrevistado 4)

As mulheres também participavam com tarefas mais leves, de acordo com sua capacidade física, principalmente as mães solteiras, que também tinham prioridade na seleção para o programa. (Entrevistado 8)

Quando a mulher era a chefe da família, no caso de ser viúva, separada ou mãe solteira, era inscrita, mas havia um consenso da comissão para que ela não fosse para as Frentes de Trabalho [...]. (Entrevistado 10)

A prioridade das famílias era a sobrevivência. Segundo citado acima pelos entrevistados, as famílias mais numerosas, o trabalho de um ou dois membros não era suficiente para manter o sustento de todos. Assim, encontrava-se uma forma de incluir os adolescentes, ainda que para serviços mais leves.

Enquanto isso, como bem frisou Farias (2018), os conflitos e denúncias eram noticiados no interior da Paraíba, dando conta da influência de políticos a exemplo dos ex-prefeitos da cidade de Santa Helena-PB, Elair Dinis Brasileiro e Daciano Soares de Sousa onde tinha sobre a EMATER- PB influencia e interferia direto e indiretamente no alistamento de pessoas no programa. Como aponta os entrevistados, testemunhas oculares, os excluídos das Frentes de Emergência chegavam a apontar até mesmo o alistamento indevido de políticos e seus parentes, os quais, obviamente, não apareciam nos locais de trabalho, mas ocupavam vagas e recebiam salário que deveria ir para as famílias realmente necessitadas. Muitos trabalhadores da terra não eram alistados, mesmo preenchendo os requisitos necessários, mas, ao mesmo tempo, eram realizadas diversas inscrições indevidas.

No município de Santa Helena- PB segundo depoimento de um dos entrevistados, as Frentes de Emergência sempre eram influenciadas diretamente por várias pessoas, como chefes políticos, os Brasileiros e Soares, as oligarquias de poder na época como também vereadores, comerciantes, microempresários, que indicavam as pessoas a serem beneficiadas. Segundo um dos entrevistados, relatou que, um vereador chegou a usar documentação de pessoas já falecidas para serem alistadas nas Frentes, sendo que ele próprio era o beneficiário.

A décima pergunta da entrevista foi a seguinte: sobre a estrutura de cargos dentro de uma escala hierárquica vertical, ou seja, quais eram os cargos nas Frentes de Emergência, em quase todas as falas, a estrutura hierárquica foi caracterizada como sendo formada por quatro componentes: um chefe do escritório local da EMATER-PB, técnico fiscalizador, apontador e trabalhador. Alguns relatos aprofundaram mais o detalhamento da estrutura hierárquica nas Frentes de Emergência:

O primeiro era o chefe da EMATER-PB; segundo, os funcionários (administrador) que auxiliam o chefe; terceiro era o apontador; quarto era o primeiro trabalhador que, na ausência do apontador, era responsável pela turma. Geralmente era escolhido o meeiro mais antigo da propriedade. O apontador na maioria das vezes só chegava no final do expediente. (Entrevistado 5)

1 – COMDEC – comissão municipal de defesa civil; 2 – órgãos executores do programa – EMATER-PB, dentre outros; 3 – Coordenadores das equipes de trabalho (fiscais); 4 – executores das

obras (trabalhadores). Também havia uma hierarquia a nível regional e estadual para a prestação de contas das metas e dos recursos aplicados. (Entrevistado 7)

Entretanto, conforme relatado anteriormente, a EMATER-PB era auxiliada por funcionários indicados pelos prefeitos Elair Dinis Brasileiro e Daciano Soares de Sousa, os quais, por sua vez, indicavam as propriedades mais adequadas para receberem as obras e, por terem maior nível de conhecimento sobre as famílias do município, também poderiam exercer certa influência na etapa de alistamento. Logo, apesar de existir uma hierarquia, a interferência dos chefes políticos sempre se prevalecia, numa troca de favores, os políticos faziam as obras nas terras dos senhores e os senhores com os votos de meeiros e trabalhadores de suas terras na época da eleição, já que ambos ocupavam os espaços na estrutura administrativa e operacional municipal.

Durante a entrevista, buscou-se conhecer a percepção dos entrevistados sobre a relação entre as oligarquias e as Frentes de Emergência, apresentando a questão da forma como se segue: “qual era a relação dos políticos (oligarquias) ou ‘autoridades’ locais com estas Frentes de Emergência?” Apenas um dos respondentes afirmou desconhecer relações dos políticos com os órgãos executores que ultrapassassem a mera execução dos serviços. A maioria reconheceu que os políticos locais principalmente os prefeitos Elair Dinis Brasileiro e Daciano Soares de Sousa, tinham um alta influencia na escolha dos locais que receberiam as obras e, inclusive, na distribuição das vagas entre os trabalhadores:

A relação era de serviço apenas, não tinha escolha de homens para trabalhar, não existia essa questão de “votou no prefeito trabalha, se não votou não trabalha...” quem estava precisando de trabalho, nas Frentes de Serviço se contratava todos que tivessem precisando. (Entrevistado 1)

[...] na formação de turmas onde se falava que vereadores tinham até um percentual de vagas nas Frentes. (Entrevistado 3)

Embora de forma camuflada, sabe-se que os políticos acabavam interferindo no tipo de obra a ser realizada, bem como no local onde esta seria implantada, geralmente beneficiando patrões que mantinham seus “currais eleitorais”, principalmente vereadores, que tinham até uma cota de alistados para seus redutos. (Entrevistado 5)

Conforme se verifica na leitura dos relatos dos entrevistados, os vereadores da situação tinham grande participação no alistamento dos trabalhadores, com um percentual de

vagas que podiam distribuir entre as famílias de seus redutos eleitorais. Ao contrário do que afirmaram alguns entrevistados, segundo a maioria dos respondentes, não havia vagas para todos os necessitados nas Frentes de Emergência, por isso as disputas eram constantes. Se houvesse vagas para todos que precisassem, não existiriam razões para favorecer alguns, já que todos seriam beneficiados.

Os prefeitos Elair Dinis Brasileiro e Daciano Soares de Sousa também tinham participação importante junto ao governo do Estado, para que reconhecessem a situação de calamidade e contemplasse o Município de Santa Helena-PB com a Frente de Emergência. Naturalmente, pela relação de proximidade e apoio mútuo, os políticos apoiadores das oligarquias municipais se articulavam com representantes estaduais, garantindo, em troca, o apoio eleitoral nas eleições majoritárias e proporcionais, da mesma forma como atualmente acontece, quando deputados concedem emendas parlamentares para os municípios onde seus aliados políticos estão no comando, mostrando que os métodos das antigas oligarquias continuam permanecem operando com eficácia.

Sobre as ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção na realização dos trabalhos, foi feita a seguinte pergunta: “os trabalhadores alistados nas Frentes de Emergência tinham Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para sua segurança?” Todos responderam que esses equipamentos não existiam nas Frentes de Emergência e, na maioria das vezes, as ferramentas de trabalho eram dos próprios trabalhadores:

Não existiam equipamentos (EPI), quando era administrada pelo Exército Brasileiro tinha ferramentas distribuídas, como pá, enxadas, carro de mão, picareta, etc. Quando era comandada pela EMATER-PB, as turmas alistadas que traziam suas ferramentas de trabalho. (Entrevistado 3)

Não. À época não existia a preocupação com a segurança do trabalhador, tampouco leis que garantissem esses cuidados. (Entrevistado 5)

O trabalho nas Frentes de Emergência era extenuante. Em troca de uma renda mínima, que muitas vezes se transformavam em vales de compra de produtos alimentícios adquiridos nos barracões dos donos da terra ou seus aliados comerciantes, os trabalhadores eram explorados e, na maioria das vezes, tinham que dispor dos próprios equipamentos de trabalho, mas sem receber por parte da prefeitura ou dos órgãos executores, qualquer equipamento de proteção. As mulheres, crianças e idosos geralmente ficavam com serviços mais leves, sendo

que a principal função das mulheres era cozinhar para os trabalhadores quando realizavam obras em locais mais distantes.

Observando todo o período das Frentes de Emergência em Santa Helena-PB, não foi possível identificar grandes obras construídas e que tenham resultado em benefício permanente para a população local. Os trabalhos se resumiam à construção de pequenos barreiros, cercas, construção de cacimbões e preparo de terreno para plantio nas propriedades particulares. Obras que sem estruturas se colocavam como paliativas e recorrentes a cada período de estiagem.

Foi relatado por alguns entrevistados que alguns trabalhadores da terra da cidade de Santa Helena-PB que não conseguiam se alistar nas Frentes acabavam migrando para outras cidades, para tentar fugir das secas e sobreviver em outros Estados do País. O êxodo rural foi muito comum em praticamente todo o Nordeste, sendo uma forma de resistência do homem do campo (CASTRO, 2019). As oligarquias se preocuparam com esse fenômeno e as Frentes de Emergência passaram a ser intensificadas na década de 1970, afinal, manter os trabalhadores ligados à terra e dependentes dos proprietários era vital para a permanência dos grupos dominantes na política.

Para concluir a entrevista buscou-se levantar entre os entrevistados qual era a remuneração dos trabalhadores nas Frentes de Emergência: perguntando qual o valor do salário dos trabalhadores das Frentes de Emergência?” As respostas foram divergentes, mas indicam que a quantia era insuficiente para as despesas básicas de subsistência das famílias:

Eu não sei o valor em espécie, sei que tinha um vale toda semana, que se trocava por comida, uma feira da época... arroz, café, feijão, açúcar, farinha, milho, sal. (Entrevistado 1)

Na época, do que me lembro que no bolsão da seca, se não me engano, os trabalhadores recebiam em torno de CR\$ 2.460,00 e quando recebiam a cesta básica, recebiam com desconto, apenas CR\$ 1.470,00. (Entrevistado 4)

Recordo-me que era uma quantia irrisória, muito inferior ao valor do salário mínimo da época, algumas vezes acrescida de uma cesta básica contendo gêneros alimentícios. (Entrevistado 6)

Os vales eram trocados por alimentos em estabelecimentos credenciados, de forma que não havia ampla concorrência entre os fornecedores, já que havia poucos locais habilitados a fazer a troca dos vales. Os comerciantes estabeleciam livremente o valor das mercadorias e depois eram compensados pelo Estado. Os trabalhadores das Frentes de Emergência

acabavam sendo explorados quando buscavam os alimentos básicos para suprir as necessidades de suas famílias.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar o frequente uso da máquina pública por parte dos políticos detentores de mandados no Município, para proveito próprio ou de terceiros. Os trabalhadores da terra continuaram, em grande parte, resistindo às aflições da seca e à exploração dos grandes proprietários, que atendiam aos interesses das oligarquias.

Durante as Frentes de Emergência, existiam oligarquias que disputavam o poder no Estado da Paraíba e, ao vencerem disputas locais, estabeleciam relações com o governo estadual e governo federal imediatamente, no intuito de começar a receber os privilégios destinados aos políticos influentes. Nas Frentes de Emergência da cidade de Santa Helena-PB, cabe destacar que a EMATER-PB desempenhou papel fundamental para intermediar os interesses das oligarquias os prefeitos Elair Dinis Brasileiro e Daciano Soares de Sousa, mas os técnicos também se envolviam em conflitos com representantes da política local. Os desvios de dinheiro do Programa em benefício de alguns políticos eram denunciados por opositores.

Assim, aos olhos das oligarquias que na Paraíba, região do alto sertão e do município de Santa Helena-PB, que permaneceram no poder ao longo do tempo e continuam exercendo influência, principalmente da população menos favorecida, como diz Comparato (2017, p. 150-151), o povo é visto “como massa incapaz de qualquer iniciativa política útil, e que deve, por isso mesmo, ser submetida da camada supostamente ilustrada da população”, que costuma ser chamada de elite e que chama pra si o direito quase divino de representação política .

As oligarquias, apesar de fundamentadas em variadas atividades econômicas ao longo da história, como a indústria açucareira, cafeeira, pecuária e algodoeira, aos poucos foram diversificando atividades e adquirindo grandes conglomerados industriais de elevada importância em todo o País. Apesar dos conflitos na disputa pelo poder, as oligarquias se mantêm unidas, conciliando esforços para evitar a ascensão de sindicatos ou partidos contrários aos seus interesses. se compararmos os nomes dos que se colocaram como representante do povo e responsáveis ao longo de décadas pelo controle político na a região do alto sertão da Paraíba e no município de Santa Helena podemos destacar que o povo foi , é e sempre será usado como massa de manobra, instrumento usado para barganhar vantagens em apoio político para uma minoria (oligarquias) se perpetrarem no poder em detrimento de muitos, sem o maior pudor ou escrúpulos, onde para eles o que vale é o poder pelo poder, nem que para isso eles tenham que vender a mãe e fazer alianças até com o demônio. O povo

é a penas um mero detalhe, porém, um detalhe valioso como ouro para se perpetuarem e, ainda serem endeusados como bonzinhos e bem feitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido no intuito de analisar o controle exercido pelas oligarquias nas Frentes de Emergência contra a seca, na cidade de Santa Helena – PB, considerando o recorte histórico de 1961 a 1990. Por meio de estudo documental e utilização da documentação do acervo disponível da Prefeitura Municipal de Santa Helena – PB e na EMATER – PB e documentação da história oral por meio de entrevistas com os trabalhadores da terra, foi possível compreender o cenário socioeconômico da época e os fatores que proporcionaram condições ideais à manutenção do poder pelas oligarquias.

No decorrer do estudo, foi realizada uma abordagem sobre o fenômeno da seca na região do alto sertão da Paraíba dando ênfase a cidade de Santa Helena-PB e os impactos acarretados para as famílias dos trabalhadores da terra. Entre outras intervenções governamentais, surgem as Frentes de Emergência de combate a seca e a fome em Santa Helena-PB, onde buscaram mitigar o êxodo rural e contribuir para a sobrevivência das famílias durante os períodos de estiagens prolongadas, especialmente no ano de 1983, ano esse muito relatado pelos entrevistados acima, quando a agricultura e pecuária se tornavam inviáveis.

Entretanto, na estrutura agrária do latifúndio, as políticas públicas voltadas a população da terra, castigada pela seca na região do alto sertão da Paraíba acabavam levando recursos para as mãos de poucos, como vimos nas fala dos entrevistados, ou seja, onde os que trabalhavam de sol a sol recebiam migalhas para sobreviver, que a maior parte das pessoas que mais necessitavam de auxílio permaneciam excluídas, dependentes dos proprietários de terras que, quase sempre, eram os políticos do Município de Santa Helena - PB os prefeitos Elair Dinis Brasileiro e Daciano Soares de Sousa. Nesse contexto, as Frentes de Emergência contra a seca da cidade de Santa Helena-PB, especialmente nos anos de eleições serviam como moeda de troca, onde as oligarquias; donos de grandes propriedades, prefeitos, vereadores, comerciantes e etc. Permaneciam no domínio político à custa da exploração de trabalhadores que buscavam a sobrevivência para suas famílias.

A prioridade do Programa de Emergência no Nordeste, na Paraíba, no alto sertão da Paraíba e no município de Santa Helena-PB a princípio, era levar auxílio às famílias que mais sofriam com a seca, principalmente as mais pobres e numerosas. Entretanto, a falta de fiscalização e a influência dos políticos locais, fazendeiros e comerciantes como nos revelou e nos proporcionou o ambiente ideal para que os interesses de alguns poucos prevalecessem sobre o restante da população. As prioridades para a escolha dos locais onde as Frentes de

Emergência seriam instaladas, assim como o alistamento dos trabalhadores, recebiam a influência direta de funcionários da prefeitura e apoiadores dos políticos locais os prefeitos Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa, situação relatada pela maioria de nossos entrevistados nessa. Caracterizando um modo de operação das oligarquias que se reproduziu pelo interior da Paraíba e pelo Nordeste e em especial no município de Santa Helena-PB no alto sertão da paraíba.

As oligarquias locais eram, assim como em vários municípios da região e em Santa Helena-PB, de natureza agrária, com a concentração de grandes propriedades nas mãos de poucas famílias ligadas aos políticos locais e estaduais a exemplo dos prefeitos, Elair Diniz Brasileiro e Daciano Soares de Sousa cujos nomes remete ao clan familiar da cidade de Santa Helena - PB. Nas secas, a chegada das Frentes de Emergência era aguardada por todos como uma oportunidade de reforçar o poder político e econômico dos representantes locais, que renovavam suas relações com outros membros das oligarquias a nível estadual.

Conclui-se que, em Santa Helena-PB, as Frentes de Emergência como resultado das políticas públicas de enfrentamento a fome no recorte deste estudo, ou seja, período de 1961 a 1990,, não deixaram obras em benefício de toda a comunidade, mas somente benfeitorias em propriedades particulares. Podemos afirmar através de entrevistas e visitas as propriedades, hoje não se registra mais obras com vínculo público privado nas mesmas. As famílias proprietárias das terras acabaram sendo beneficiadas pela seca, que é um fenômeno natural, para se legitimarem no poder político local, evidenciando práticas das oligarquias agrárias que proliferaram pelo Nordeste durante as intervenções governamentais para o combate aos efeitos da seca. Questão que vimos quando na comparação ao longo das décadas do controle do poder político na cidade de Santa Helena-PB, pelos prefeitos Elair Diniz Brasileiro, Daciano Soares de Sousa e seus aliados das famílias tradicionais do alto escalão social do município de Santa Helena-PB nos leva a essa conclusão. Fazer um apanhado geral do lugar de destaque e como se comportavam. Assim nessa pesquisa pudemos ver através da literatura consultada sobre a história das secas no alto sertão paraibano, especificamente no município de Santa Helena-PB.

Como as políticas públicas de combate à seca e a fome eram desenvolvidas e através das falas de homens e mulheres que estiveram na linha de frente nas turmas, seja como administradores, apontadores, ou cassacos no município de Santa Helena-PB, ou seja, vivenciaram direta e indiretamente com amigos, familiares, o flagelo das estiagens que os assolavam, relatos sobre fatos e vivências que nos faz pesar sobre a história social e política da região como parte de uma estrutura de poder e posse característico da política de

exploração das oligarquias que num apanhado geral eram piores do que a própria seca em si. Contudo, trabalhos futuros podem contribuir para que questões como esta sejam aprofundadas dando lugar a estudos sobre todas as cidades do alto sertão paraibano, como também cidades do vizinho estado do Ceará que fazem divisa com nosso Estado da Paraíba que sofrem com a seca, ou seja, um trabalho interestadual (Ceará-Paraíba).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALVES, N. F. B. Construções e concepções sobre a cultura política na Paraíba republicana: reflexões historiográficas. In: NETO, F. T. C.; GUEDES, P. H. M. Q. SANTOS NETO, M. G. (orgs.). **Cultura e poder político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2012.

BOBBIO, N.; MATTECUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 13ª edição, 2007.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CARNEIRO, R. C. **Cabresto, curral e peia: a história do voto na Parahyba até 1930**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

CARNEIRO, R. C. **A bagaceira eleitoral, verba, verbo e populismo: a história do voto na Parahyba (da Revolução de 1930 a 1965)**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

CASTRO, L. Entre as relações de força e o consenso: as políticas antimigratórias e os trabalhadores-cassacos no contexto das secas da década de 1950. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 6, n. 2, p. 85-100, jul./dez., 2019.

CASTRO, L. Jornadas da fome: a rotina degradante dos trabalhadores-cassacos nas obras públicas durante as secas (Ceará, anos de 1950). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-24, 2020.

CAVALCANTE NETO, F. T.; GUEDES, P. H.; SANTOS NETO, M. G. (Orgs.). **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

CINTRA, W. A. **Estado e sociedade**. – Salvador: UFBA, Faculdade de Direito, 2017.

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

COMPARATO, F. K. **A oligarquia brasileira: visão histórica**. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2017

FAORO, R. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 2º volume. 10ª ed. São Paulo: Globo, 1995.

FARIAS, R. B. S. **A grande “seca” de 1979-1983: Estado, Oligarquias, Frentes de Emergência e resistência camponesa em São João do Cariri-PB**. Trabalho de Conclusão

de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2018.

FERREIRA, G. L.; QUINTÃO, L. C.; ARAÚJO, T. M. Cidades e oligarquias: o caso de Vitória/ES na Primeira República. **Dimensões**, v. 40, p. 87-108, jan./jun., 2018.

FERREIRA, L. V. C. **Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2016.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Revista Tempo**, v. 23, n. 3, p. 422-442, set./dez., 2017.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, S. A. R. **Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do império para a república (Paraná, cc. 1853-c. 1926)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GRILL, I. G. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. In: MARENCO, A. (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. – Porto Alegre, UFRGS, 2013. p 135-169

GURJÃO, E. Q. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: 1889-1945**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1994.

GURJÃO, E. Q. **Estudando a História da Paraíba**. 2 ed. atual. e ampl. – Campina Grande: EDUEPB, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230950> Acesso em: 28 out. 2021

MENDES, C. C.; ARAÚJO JUNIOR, I. T.; FERNANDES, A. P.; LYRA, D. M.; OLIVEIRA, G. L.; OLIVEIRA, C. G.; SILVA, N. B. **A Paraíba no contexto Nacional, Regional e Interno**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

MENDONÇA, F.; REBOUÇAS, E. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: a radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder. **Anais...** XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, set., 2009.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MONTEIRO, J. M. **Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª legislatura no Congresso Nacional**. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v. 2, n. 2, p. 561-579, maio, 2016.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2017.

MOREIRA NETO, M. **Outro sertão: fronteiras da convivência com o semiárido**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

NEGRO, A. L.; BRITO, J. A primeira república muito além do café com leite. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 197-201, jan./jul., 2013.

NUNES, G. P. Pedra Bonita e a denúncia do atraso nordestino em tempos de modernidade. **Hispanista**, v. XIII, n. 49, abr./mai./jun., 2012.

OLIVEIRA, B. A.; SILVA, D. R. T.; PINHEIRO, N. P. O histórico de ilegitimidades no sistema político brasileiro e sua perpetuação no atual cenário político no Brasil. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 229-253, jul./dez., 2017.

PERISSINOTTO, R. M.; MASSIMO, L.; COSTA, L. D. Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). **DADOS – revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2017.

PIRES, M. C. C.; PAULA, A. M. N. R. Sertão seco: as dinâmicas das comunidades tradicionais frente às visões de seca e semiárido. **Anais... V Colóquio Cidade e Região**, nov., 2017.

QUINTÃO, L. C. **Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RANGEL, J. M.; MARQUESAN, F. F. S. A nova relação do Sertanejo Nordeste Brasileiro com a Face Visível da Seca. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 16, n. 42, jan./mar., 2018.

RÊGO, A. H. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo, Girafa Editora, 2008.

SILVA, R. O. **Programa de emergência para o combate aos efeitos da seca no interior da Paraíba (1979-1983): falas de salvação e exclusão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

SOUTO, W. L. **A mulher cubatiense frente ao programa de Frentes Produtivas de Emergências entre as décadas de 1980-1990**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

TORRES, A. T. G.; SOUSA, G. C. A memória oral dos flagelados da seca: o caso das “Frentes de emergência” no Sertão do Pajeú. **Anais... Geografia das Redes de Mobilização Social da América Latina**, Curitiba, nov., 2017.

TERUYA, M. T. Em Família: arranjos, negociações e poder local na Paraíba (1940-1946). In: CAVALCANTE NETO, F. T.; GUEDES, P. H.; SANTOS NETO, M. G. (Orgs.). **Cultura e**

poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

VARES, S. F. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2011.

VIANA, O. **Instituições políticas brasileiras**. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

FONTES

ALVES, Maria Correia. Aposentada rural, 78 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena-PB, 17 de agosto de 2020.

BEZERRA, Jorismar Silva. Funcionário público, 58 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena – PB, 15 de dezembro de 2020.

DUARTE, Genebaldo Correia. Funcionário público aposentado, 80 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena – PB, 19 de dezembro de 2020.

DUARTE, Gilberto Alves. Funcionário público, 58 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena – PB, 17 de outubro de 2020.

GOMES, Adalberto Vitoriano. Aposentado rural, 67 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena-PB, 13 de novembro de 2020.

LIMA, Cícero Bento de. Aposentado rural, 65 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena-PB, 19 de novembro de 2020.

MACIEL, José Ferreira. Funcionário público aposentado, 73 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena, 18 de setembro de 2020.

MOREIRA, Sebastião de Menezes. Aposentado rural, 71 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena-PB, 23 de novembro de 2020.

OLIVEIRA, Marcondes Soares de. Autônomo, 51 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena – PB, 25 de novembro de 2020.

SILVA, Francisco Bento da. Aposentado rural, 86 anos. **Entrevista concedida ao autor**. Santa Helena-PB, 15 de outubro de 2020.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufgecz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 15 de janeiro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 05 de janeiro de 2020.

Marcos Soares de Oliveira

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Valtairus Vitor de Carvalho

Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfufgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 11 de fevereiro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepecfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 12 de janeiro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufcgz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 18 de fevereiro de 2020



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

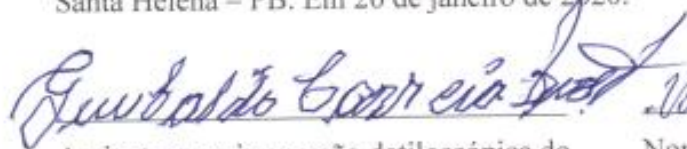
Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfufgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 26 de janeiro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com


Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufcgez@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 09 de fevereiro de 2020.


Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo
estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: svv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepecfpufcgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 02 de fevereiro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: svs_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufgecz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB. Em 22 de janeiro de 2020.

Francisco Bento do S. Valdeir Viana de Carvalho

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo estudo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo A História das Oligarquias Locais nas frentes de Emergências contra a Seca do município de Santa Helena – PB (1961-1990), coordenado pela professora Silvana Vieira de Sousa e vinculado a Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Formação de Professores pelo telefone (83) 3532-2000, Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Campus Cajazeiras – PB, CEP: 58.925-000, Cajazeiras – PB.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo: **Objetivo Geral:** Analisar o mecanismo de controle exercido pelas oligarquias nas frentes de emergência contra a seca na cidade de Santa Helena – PB (1961 – 1990); **Objetivos Específicos:** Identificar as propriedades que definiam onde as frentes de emergência eram destinadas e por quê; Analisar os critérios usados para que as frentes de emergência se estabelecessem nas propriedades escolhidas; Identificar o órgão responsável administrativamente pelas obras de emergência e como eram fiscalizadas; Compreender as características das oligarquias locais no contexto das políticas do Nordeste pelas frentes de emergência e se faz necessário de realizar um trabalho a nível local e contribuir para esclarecer a real simbologia de conhecer a história das oligarquias locais nas frentes de emergências “em benefício próprio” na cidade de Santa Helena – PB.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: O estudo será realizado por meio de consultas à diversas fontes como bases de dados, livros e estudos publicados, os quais deverão abranger importantes informações de diversos autores sobre o tema. O método bibliográfico permite reunir os posicionamentos mais recentes e relevantes acerca de um determinado tema em estudo.

Quanto às fontes documentais e orais, será solicitada a autorização de órgãos públicos do município para o acesso a documentos. As entrevistas serão conduzidas diretamente, as respostas serão gravadas com autorização dos entrevistados. Os riscos envolvidos com sua participação são: De acordo com a Resolução 466/2012 do CNS (BRASIL, 2012), toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Dessa forma, é preciso que as devidas precauções sejam tomadas por parte do pesquisador e demais responsáveis pela pesquisa, tendo o cuidado de assegurar aos participantes a desistência, a

qualquer momento, da participação na pesquisa, sem que resulte qualquer prejuízo dessa decisão. Quanto maiores e evidentes os riscos, maiores deverão ser os cuidados no sentido de minimiza-los. Devem ser analisadas cuidadosamente as possibilidades de danos imediatos ou posteriores aos indivíduos ou grupos.

Com relação a este estudo, os riscos serão mínimos, uma vez que não serão conduzidas experiências ou outras atividades potencialmente agressivas à integridade física ou mental dos participantes. Os participantes serão informados de que a pesquisa consistirá somente de respostas a um questionário, aplicado por meio de entrevista, e os possíveis riscos serão, tão somente, relacionados a possível constrangimento ou desconforto.

Os sujeitos participantes serão devidamente informados dessa possibilidade, destacando que podem desistir da pesquisa caso se sintam incomodados de alguma forma. Serão informados, ainda, sobre os benefícios que podem resultar do presente estudo. Os benefícios da pesquisa serão: No que diz respeito aos benefícios, a realização do estudo é importante, pois através da análise dos resultados obtidos será possível identificar como as oligarquias exerciam o controle sobre as frentes de emergência na cidade de Santa Helena e, assim, produzir informações essenciais para a compreensão de como esses grupos se reorganizam no cenário político contemporâneo. Além disso, será possível produzir documentos de grande relevância para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, oferecendo contribuição relevante para a historiografia local.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central

defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Silvana Vieira de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG)

Endereço Pessoal: Rua Irmã Fernanda, 91 – São José, Cajazeiras - PB

Endereço Profissional: Sérgio Moreira Figueiredo, S/N – Campus Cajazeiras - PB

Horário disponível: Das 07:30 as 12:00 e das 19:30 as 22:00 hs.

Telefone: (83) 999177771

Email: sv_sil@hotmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepecfpufgcz@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Santa Helena – PB, Em 19 de janeiro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal



Nome e assinatura do responsável pelo estudo